



Maria Clara Couto Soares (Coord.)

Nurit Bensusan

Paulo Sérgio Ferreira Neto

Entorno de Unidades de Conservação

Estudo de Experiências com UCs
de Proteção Integral

Rio de Janeiro

2002

CONSELHO DELIBERATIVO

Roberto Konder Bornhausen
Presidente

Jean Marc von der Weid
Vice-presidente

MEMBROS VOGAIS

Acadêmico

Ângelo Barbosa M. Machado – UFMG
Benjamin Gilbert – Fundação Oswaldo Cruz
Luiz Antonio Maciel de Paula – UFC
Virgílio Maurício Viana – ESALQ/USP

Ambientalista

Garó Batmanian – WWF/Brasil
Ibsen de Gusmão Câmara – FBCN
Jean Marc von der Weid – AS-PTA

Empresarial

José Luiz Magalhães Neto – Grupo Belgo Mineira
Roberto Konder Bornhausen – Unibanco
Roberto Leme Klabin – RK Hotéis e Turismo Ltda.
Roberto Paulo Cezar de Andrade – BRASCAN

Governamental

Antônio Sérgio Lima Braga – MMA
José Pedro de O. Costa – MMA

MEMBROS SUPLENTE

Acadêmico

Antonio Carlos Diegues – NUPAUB/USP
Cláudio Benedito Valladares Pádua – UnB
Roberto Brandão Cavalcanti – UnB
Keith Spalding Brown Junior – Unicamp

Ambientalista

Adriano Campolina – Agora/Action Aid
José Adalberto Verissimo – Instituto Homem e Meio Ambiente (Imazon)
Muriel Saragoussi – Fundação Vitória Amazônica
Maria das Dores Vasconcelos Cavalcanti Melo – Sociedade Nordestina de Ecologia

Empresarial

Guilherme Peirão Leal – Natura Cosméticos
Manoel de Freitas – International Paper do Brasil Ltda.
Maria Mercedes von Lachmann – Grupo Lachmann
Maurício José Lima Reis – Cia. Vale do Rio Doce

Governamental

Bráulio Ferreira de Souza Dias – MMA
Fredmar Correa – MMA

SECRETARIA EXECUTIVA

Pedro Leitão
Diretor Executivo

Maria Clara Soares
Coordenadora de Fomento

Ledina Marcarian
Gerente Administrativa Financeira

Copyright © 2002 FUNBIO.
Todos os direitos reservados.

Revisão
Élida Vaz

Coordenação editorial
Márcia Soares

Projeto gráfico e programação visual
Traço Design

Fotolito e impressão
Flama Ramos Acabam. e Manuseio Gráfico Ltda.

FUNBIO

Largo do Ibm, 01/ 6º andar
Humaitá – Rio de Janeiro – RJ
Cep: 22.271-020
Tel: (21) 2579-0809
E-mail: funbio@funbio.org.br
Website: www.funbio.org.br

Sumário

1. Apresentação	5
2. Introdução	6
3. Situação fundiária das UCs	8
4. Participação dos beneficiários e demais atores	12
5. Grau de organização e nível de influência dos beneficiários	15
6. Relação entre a UC e a experiência no entorno	17
7. Articulação com o poder público e outras entidades da sociedade civil	21
8. Articulação com as comunidades do entorno	23
9. Foco das experiências	25
10. Impactos na geração de emprego e renda	29
11. Impactos na biodiversidade	34
12. Influência na percepção dos moradores sobre as questões ambientais	36
13. Influência nas políticas públicas	38
14. Abrangência e capacidade de irradiação	41
15. Consistência entre a proposta, objetivos da experiência e a metodologia	44
16. Principais lições do estudo	49
17. Recomendações para um programa	50

1. Perfil das instituições inseridas no estudo	56
--	----

Anexo

Apresentação

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em outubro de 1995, que tem como missão apoiar ações estratégicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. A atividade do FUNBIO envolve busca, captação, potencialização e distribuição de recursos para essas ações, estimulando o desenvolvimento de iniciativas ambientais e economicamente sustentáveis.

Com uma atuação pautada na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), acordo internacional assinado na Rio 92, o FUNBIO trabalha numa contínua busca por padrões de excelência, flexibilidade, agilidade e transparência gerencial, que lhe asseguram um papel significativo e permanente no cenário da biodiversidade brasileira.

Em seus sete anos de vida, o FUNBIO já apoiou mais de 50 projetos, nas áreas de conservação, agrobiodiversidade, manejo florestal não-madeireiro, manejo florestal madeireiro, manejo de recursos pesqueiros, ecoturismo e Agenda 21 local, totalizando um desembolso de aproximadamente 6,1 milhões de dólares até o ano de 2002. Seus públicos são empresários que atuam no país, organismos de financiamento, organizações não-governamentais e demais instituições que desenvolvam projetos voltados à conservação e ao uso sustentado da biodiversidade, além das comunidades locais beneficiárias dessas ações.

Lançada em dezembro de 1998, a Série Estudos Funbio surgiu com o objetivo de explorar temas e questões consideradas estratégicas para a identificação de novas áreas de trabalho e desenvolvimento de novos programas. A série possibilita ao FUNBIO realizar um exercício de reflexão sobre seus objetivos e práticas e, sempre que necessário, estendê-lo para fora dos limites institucionais, chamando o público interessado a dele tomar parte, visando o alcance de crescente eficácia em suas ações de fomento.

O FUNBIO definiu o trabalho em áreas de entorno de unidades de conservação como uma possibilidade para sua atuação, entre outras coisas por perceber a fundamental importância que têm os entornos para a proteção das unidades de conservação e, conseqüentemente, da própria biodiversidade.

O resultado desse estudo está aqui: um rico material que servirá não apenas como parâmetro para o FUNBIO desenvolver um programa voltado para áreas de entorno, dentro do escopo de sua missão institucional; como um instrumento a ser utilizado por outras instituições que desenvolvam atividades nesta área.

Pedro Leitão
Secretário Executivo
FUNBIO

Introdução

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) elegeu o tema “Áreas de Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCs)”, dentro de seu Programa Estudos Estratégicos, com o intuito de estudar e avaliar sua importância para a questão da biodiversidade. Tal iniciativa tem como objetivo fomentar uma ação estratégica em áreas de entorno, com foco na conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Considerando a inexistência de conhecimento consolidado no país sobre o tema, com enfoque na conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o FUNBIO decidiu realizar um estudo sobre algumas experiências em curso consideradas significativas.

Os principais objetivos foram:

- n sistematizar informações sobre práticas relevantes em desenvolvimento, metodologias utilizadas e seus resultados;
- n gerar subsídios para a definição de programa de fomento do FUNBIO, destinado ao apoio e à disseminação de ações e metodologias bem sucedidas desenvolvidas no entorno das UCs, capazes de aliar envolvimento de comunidades locais, geração de emprego e renda e conservação dessas unidades.

Com esta finalidade, o FUNBIO definiu as seguintes etapas de trabalho:

1. levantamento preliminar de informações sobre experiências relevantes atualmente em desenvolvimento no Brasil;
2. realização de reunião técnica com entidades condutoras dessas ações para apresentação da proposta de estudo e discussão da metodologia de trabalho;
3. envio de questionários e realização de pesquisa de campo nas experiências selecionadas;
4. consolidação dos resultados da pesquisa e produção de relatório preliminar, incluindo recomendações para um programa de fomento do FUNBIO para áreas de entorno;
5. realização de seminário para apresentação dos resultados do estudo e discussão das recomendações;
6. consolidação e divulgação da versão final do estudo.

Para a implementação desse programa de trabalho, o FUNBIO contou com os consultores Paulo Sérgio Ferreira Neto e Nurit Bensusan.

A reunião técnica para a apresentação do estudo foi realizada em setembro de 2001 e contou com a participação de representantes das seguintes entidades: FVA – Fundação Vitória Amazônica (Parque Nacional do Jaú - AM), Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas (Parque Estadual Morro do Diabo - SP), Associação Mico-Leão-Dourado (Reserva Biológica de Poço das Antas - RJ), Fumdhm – Fundação Museu do Homem Americano (Parque Nacional Serra da Capivara -PI), WWF – Fundo Mundial para a Natureza (Parque Nacional Chapada dos Veadeiros - GO), Jupará Agroecológico (Reserva Biológica de Una - BA), CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Parque Estadual

da Serra do Brigadeiro - MG) e Acevam – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba e Centro Ecológico Ipê (Parque Nacional de Aparados da Serra - SC/RS).

Partindo das apresentações do escopo do estudo (realizada pelos consultores) e das experiências de trabalho, foram discutidos os objetivos, a metodologia, os critérios de seleção das experiências, o modelo dos instrumentos de sistematização da pesquisa de campo (roteiros de entrevista e questionários), bem como o alcance e o cronograma de execução.

A idéia inicial do estudo era cobrir um número maior de iniciativas. No entanto, a limitação de tempo e recursos disponíveis fez com que a pesquisa de campo fosse realizada apenas com as experiências relacionadas abaixo (ver tabela 1). Assim, a análise incluiu cinco parques nacionais, dois parques estaduais e duas reservas biológicas, distribuídos por dez estados brasileiros e 11 entidades que atuam nessas regiões.

TABELA 1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL INCLUÍDAS NO ESTUDO¹

Nome da UC	UF	Nome da Entidade
Parque Nacional da Chapada Veadeiros	GO	WWF – Fundo Mundial para a Natureza
Parque Nacional do Jaú	AM	FVA – Fundação Vitória Amazônica
Parque Nacional da Serra da Capivara	PI	Fumdam – Fundação Museu do Homem Americano
Parque Nacional de Aparados da Serra	SC/RS	Acevam – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba e Centro Ecológico Ipê
Parque Nacional do Superagui	PR	SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
Parque Estadual do Morro do Diabo	SP	Ipê – Instituto de Pesquisas Ecológicas
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	MG	CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
Reserva Biológica de Una	BA	IESB – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia e Jupará Agroecológico
Reserva Biológica de Poço das Antas	RJ	Associação Mico-Leão-Dourado

A pesquisa de campo foi realizada no período de outubro a dezembro de 2001. Incluiu o levantamento de informações e a realização de entrevistas com os três principais tipos de atores envolvidos: 1) entidades responsáveis pela experiência; 2) organizações da comunidade do entorno; e 3) órgão gestor da UC. Com isso, buscou-se contemplar diferentes aspectos e pontos de vista existentes.

A sistematização dos resultados do estudo procurou ressaltar as características mais importantes para o alcance do objetivo estratégico estabelecido pelo FUNBIO: aliar a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno à conservação da biodiversidade da área protegida. Dessa forma, a sistematização abrange os seguintes tópicos:

1. Situação fundiária das Unidades de Conservação;

2. participação dos beneficiários e demais atores;
3. grau de organização e nível de influência dos beneficiários;
4. relação entre a unidade de conservação e a experiência no entorno;
5. articulação da experiência com o poder público e outras entidades da sociedade civil;
6. articulação da experiência com as comunidades;
7. foco das experiências (relação entre a experiência e a unidade de conservação);
8. sustentabilidade socioeconômica: impactos da experiência na geração de emprego e renda;
9. impactos das experiências na biodiversidade.
10. influência das experiências na mudança de percepção dos moradores sobre as questões ambientais;
11. influência das experiências nas políticas públicas;
12. abrangência e capacidade de irradiação das experiências;
13. consistência entre a proposta, os objetivos da experiência e a metodologia utilizada.

Uma versão preliminar do estudo foi apresentada no seminário “Estudo de Experiências com o Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral”, nos dias 25 e 26 de abril de 2002, no Rio de Janeiro. O objetivo desse fórum, que contou com a participação de consultores e entidades envolvidos no estudo, bem como de convidados externos envolvidos com a temática, foi difundir e debater as análises realizadas, bem como agregar novos subsídios para a estruturação da ação do FUNBIO.

Dessa forma, a versão final do estudo, apresentada a seguir, incorpora novos elementos trazidos pelo debate, apresenta algumas lições aprendidas e aponta recomendações para a estruturação de um programa de fomento no FUNBIO, voltado ao apoio e disseminação de ações no entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Situação fundiária das UCs

A situação fundiária das Unidades de Conservação de Proteção Integral é considerada, neste texto, em três aspectos. O primeiro refere-se à posse e ao domínio do território abrangido pela unidade, ou seja, a sua regularização fundiária sob a titularidade de um ente político, como a União, os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal. O segundo aspecto leva em conta a ocupação e o uso das terras no entorno da unidade, não apenas porque algumas modalidades podem ser conflitantes com a manutenção da integridade biológica da área protegida, mas devido ao fato de que nas circunvizinhanças da unidade também ocorrem processos mantenedores da biodiversidade protegida pela unidade. Finalmente, o terceiro aspecto considera a questão das populações residentes no interior das UCs.

a) Regularização fundiária

Como conseqüência dessas definições e das relações entre os aspectos citados, a situação fundiária de cada unidade de conservação representa um dos maiores obstáculos à implementação e à gestão satisfatórias das áreas protegidas no Brasil. Enquanto algumas

unidades de conservação possuem suas terras efetivamente regularizadas, outras apresentam conflitos sobre posse e domínio de terras.

Esses conflitos podem ser, basicamente, de dois tipos: os que envolvem proprietários, com documentação apropriada; e aqueles onde pessoas ou comunidades têm a posse da terra mas não possuem título de propriedade. Enquanto a solução para o primeiro caso pode ser simplesmente a desapropriação, muitas vezes retardada pela falta de recursos, o segundo caso exige soluções mais complexas.

TABELA 2 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INCLUÍDAS NO ESTUDO

Unidade de Conservação	Percentual regularizado	Observações
P.N. Aparados da Serra	cerca de 50%	Propriedades privadas
P.N. Jaú	cerca de 2%	Majoritariamente terras devolutas do estado do Amazonas
P.N. Chapada dos Veadeiros	100% (referente à área original; a nova área está em processo de contestação)	Área do parque recentemente aumentada em 170 mil ha
P.N. Serra da Capivara 75%	cerca de 50% Terras devolutas e	Propriedades privadas P.N. do Superagui cerca de
P.E. Serra do Brigadeiro	cerca de 30%	propriedades privadas Propriedades privadas
P.E. Morro do Diabo	100%	
Rebio Poço das Antas	100%	
Rebio Una	cerca de 60%	Propriedades privadas

Por outro lado, a regularização da terra não representa a resolução da situação fundiária. Neste sentido, casos como os da Reserva Biológica de Poço das Antas e do Parque Estadual do Morro do Diabo, que possuem 100% do seu território regularizado, são bastante emblemáticos. Como são unidades razoavelmente pequenas, os efeitos do uso da terra no entorno são grandes.

O entorno da reserva de Poço das Antas, por exemplo, possui diversos tipos de ocupação: pequenas e médias propriedades rurais, assentamentos de reforma agrária e pequenos núcleos urbanos. Já as circunvizinhanças do Parque Estadual do Morro do Diabo caracterizam-se por apresentar uma das situações de maior conflito e desigualdade do país. Há grande concentração de terra: 75% da área da região do Pontal do Paranapanema, onde o parque está localizado, pertencem a 8% dos proprietários rurais, grandes latifundiários que, em sua maioria, as grilaram. Há também pequenos produtores e cerca de 25 assentamentos administrados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Essas diferenças nos tipos de ocupação do entorno remetem a tipos também diferenciados de situação fundiária.

Muitas das pendências fundiárias das unidades de conservação existentes no Brasil são reflexo de uma situação caótica. Há muitos ocupantes sem títulos, por um lado, e terras com muitos títulos, por outro. Há uma grande quantidade de UCs de Proteção Integral - categoria que não permite moradores - que possuem populações residindo em seu interior, apesar de

terem sido criadas há décadas, como o Parque Nacional do Jaú, o Parque Nacional de Superaguí, o Parque Nacional de Aparados da Serra e a Reserva Biológica de Una.

Diversas soluções têm sido adotadas por entidades que trabalham no entorno dessas unidades. No Parque Nacional da Serra da Capivara, por exemplo, a Fumdam, diante da falta de recursos e do risco que as populações residentes no entorno apresentavam para a integridade do patrimônio arqueológico, optou por comprar parte dessas terras e aguarda hoje, como nova proprietária, ser indenizada pelo Ibama. O Iesb, em seu trabalho com a Reserva Biológica de Una, tem ajudado o Ibama a fazer os levantamentos necessários à regularização fundiária. Esses poucos exemplos mostram que há imensa diversidade de realidades fundiárias.

Uma outra expressão dessa diversidade é o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado com 650 mil hectares em 1961, e que passou por sucessivas reduções, chegando a 65,5 mil hectares. No entanto, no final do ano 2001, sua área foi aumentada para 236.570 hectares, que está no momento sob contestação do Ministério Público Estadual de Goiás. Além da falta de consulta pública, obrigatória de acordo com a Lei do SNUC, os novos limites do parque incluem 50% das pastagens do município de Cavalcante e toda a área agricultável de 150 pequenos produtores de um povoado próximo.

Problemas fundiários podem ameaçar a integridade do patrimônio que se quer conservar. Mas vale ressaltar que, na maioria dos casos, o uso da terra no entorno da área protegida é tão fundamental quanto a situação no interior da unidade e, por isso, assume grande relevância.

ALGUNS EXEMPLOS DE PENDÊNCIAS FUNDIÁRIAS E CENÁRIOS DE CURTO PRAZO

Parque Nacional de Aparados da Serra

Aproximadamente 42 famílias moram nos limites do parque. Parte dos moradores que ali residiam antes da criação do parque já foi desapropriada. O grande problema para a aquisição das terras que ainda pertencem aos proprietários é a inexistência de documentação de propriedade.

Reserva Biológica de Una

Cerca de 4.400 ha da reserva, ou 39% da área, ainda não estão regularizados. A tendência atual é indenizar e retirar os moradores que residem nessa região. No entanto, uma primeira avaliação superestimou o valor da terra e criou expectativa nos moradores de que a situação se resolveria rapidamente. Isso não aconteceu e o valor da terra será reexaminado. Essa situação de impasse gera problemas para os moradores, que querem produzir e não podem, dadas as restrições presentes na legislação que rege as UCs. Por outro lado, a indenização não ocorre pois, muitas vezes, faltam recursos. Na época da regularização dos 7.000 ha, que representam os 61% das terras já regularizadas, houve muitos conflitos, pois muitos moradores não queriam sair de suas terras. Na ocasião, o Iesb auxiliou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na regularização fundiária, o que fez com que o instituto fosse percebido como agente fiscalizador. Tanto o Ibama como o Iesb acreditam que na regularização do restante das áreas da reserva não haverá maiores problemas em função do contexto atual, caracterizado primordialmente pela desvalorização das terras.

Parque Nacional do Superaguí

É constituído por duas ilhas (Superaguí e Peças), além de uma área no continente. Atualmente, seis comunidades residem dentro do parque, totalizando aproximadamente 120 famílias. Ainda existe uma comunidade indígena, com cinco famílias, que ocupou a área em 1991, o que, segundo o Ibama e a Sociedade de Pesquisa Selvagem e Educação Ambiental, trouxe problemas com a venda do Papagaio-de-Cara-Roxa. Já foi realizado levantamento da situação fundiária pela ONG Ecoplan ainda não reconhecido pelo Ibama. Muitos posseiros estão na área há quatro gerações e não possuem nenhuma documentação.

Parque Nacional do Jaú

A maior parte da área é formada por terras devolutas do Estado do Amazonas. Sob domínio privado, há apenas cerca de 40 mil hectares, que representam 1,76% da extensão do parque. Há ainda terras de apossamento de populações tradicionais. Na época do recadastramento realizado pela Fundação Vitória Amazônica, em 1996, havia 886 pessoas, distribuídas em 143 famílias na região. Esses moradores desenvolvem atividades de pesca, extrativismo e agricultura de subsistência e detêm a posse de pequenas parcelas de terra às margens do Rio Jaú, cuja extensão e bacia estão totalmente inseridas no parque, e nas margens do Rio Unini, limite norte da área. A remoção dessas populações é um desafio pois, apesar de estar vinculada às regras do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (ver box 2), remete à questão do modelo de conservação adotado e da eventual geração de dívida social derivada de objetivos de conservação de biodiversidade.

b) Populações residentes nas Unidades de Conservação

O Parque Nacional do Jaú, como outras UCs de Proteção Integral no Brasil, agrega outra dimensão à questão da regularização fundiária, pois as comunidades nele residentes são tradicionais. Há cerca de 900 pessoas residindo na região e a remoção pode causar grandes problemas sociais².

Ao longo dos anos de trabalho da FVA, várias soluções foram imaginadas para a permanência dessas populações e muita expectativa foi depositada na mudança da legislação, capitaneada pelas discussões que resultaram na lei do SNUC. Acreditava-se que a nova lei possibilitaria a incorporação das pessoas ao manejo do parque. Em 2000, depois de oito anos de discussão, foi aprovada a lei, permitindo a permanência de populações tradicionais no interior das unidades apenas de forma temporária, até que o poder público possa reassentá-las em outro lugar. Essa permanência será regulada por termo de compromisso estabelecido entre o órgão gestor da unidade e as populações residentes. Inclusive, exige “normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade” de forma a não trazerem “prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações”.

Apesar dessa possibilidade oferecida pela lei, os moradores do parque têm sido prejudicados continuamente. No momento, a população do Rio Jaú tem diminuído sensivelmente em função do fechamento do rio ao tráfego de barcos, o que a impede de comprar e vender, comprometendo seriamente sua sobrevivência.

Em Novo Airão, cidade próxima, é possível encontrar grande número de egressos do parque. São pessoas que, além de se concentrarem nos bairros mais pobres e estarem sem perspectivas, não receberam qualquer tipo de indenização pelas benfeitorias e pela posse da terra. Vale lembrar que a indenização por apossamento de populações tradicionais está prevista na lei do SNUC.

NORMAS DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) PARA A
PERMANÊNCIA E REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS (LEI N.º 9.985, DE 18 DE JULHO
DE 2000)

Art. 42. As populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o novo assentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

Cabe destacar que a definição de população tradicional nessa lei foi vetada, o que gera freqüentes problemas. Uma possibilidade é usar a definição da própria lei sobre populações às quais se destinam as reservas extrativistas: “(...) *populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, completamente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (...)*”.

A impossibilidade legal de manter as populações residentes dentro do parque a longo prazo tem dificultado o trabalho da FVA. As populações criaram, sucessivamente, expectativas que não se concretizaram. Programas que tratam da melhoria da qualidade de vida por meio do aumento da geração de renda enfrentam dificuldades óbvias. Essa situação é agravada pelas restrições ao tráfego de barcos no Rio Jaú, pelas frustrações da população e pela ausência do poder público, entre outros fatores.

Participação dos beneficiários e demais atores

Há grande variação nos tipos de populações que ocupam o entorno e o interior das unidades de conservação. Apesar de existirem áreas urbanas, como distritos e cidades, próximas às unidades, a maior parte da população dessas regiões está concentrada na zona

rural. São pessoas que se agrupam em microbacias e beira de rios, formando comunidades constituídas por famílias de pequenos, médios e grandes proprietários ou mesmo trabalhadores rurais que não possuem propriedade e, por isso, prestam serviços.

Em algumas áreas existem assentamentos oriundos de reforma agrária e acampamentos rurais promovidos por movimentos sociais, como o MST, ou grupos indígenas que migraram ou já ocupavam a região antes da criação da unidade.

Aliás, a presença de populações anteriores à data de criação das unidades de conservação é recorrente. Verifica-se, também, diferença no movimento populacional: em algumas regiões, principalmente onde foram instalados assentamentos, a população tende a se expandir. Mas na maioria das áreas o que ocorre é a redução do número de moradores.

Todos os casos considerados neste estudo são protagonizados por organizações não-governamentais (ONGs) sem fins lucrativos. A maioria dos beneficiários diretos das ações desenvolvidas estão reunidos em grupos formais, como associações ou cooperativas de produção, ou informais. Muito embora existam aqueles que não pertencem a nenhum desses grupos.

Existem exemplos onde não só cooperativas de produção estão envolvidas com o trabalho das ONGs, mas também cooperativas de consumidores. É o caso da experiência da Acevam, em Santa Catarina, do Centro Ecológico Ipê, no Rio Grande do Sul (ambos atuando no entorno do Parque Nacional de Aparados da Serra) e da Associação Mico-Leão-Dourado, na Reserva Biológica de Poço das Antas. Outras formas de organização são os sindicatos dos trabalhadores rurais, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, MST, entre outros.

Se há semelhança na forma como os beneficiários estão organizados, não se pode afirmar o mesmo quanto ao envolvimento. Ou seja, os níveis de participação são diferenciados.

Há casos em que as ações da instituição geram empregos ocupados por moradores da própria região. É o que ocorre na Fumdham, cuja atuação gerou, aproximadamente, 100 empregos, ocupados por pessoas que vivem no município de São Raimundo Nonato, próximo ao Parque Nacional da Serra da Capivara. Esses moradores trabalham dentro do parque, nas estruturas instaladas pela fundação, assumindo funções como porteiros das guaritas de acesso, guarda-parques, agentes de preservação dos sítios arqueológicos, entre outras, e também na cidade, em postos de trabalho que surgiram em hotéis, fábricas de cerâmica, escolas etc. Alguns são funcionários contratados pela fundação, enquanto outros prestam serviços. As decisões e o planejamento das ações são definidas pela diretoria da Fumdham mas a expectativa é de que, com o tempo, os moradores, passem, também, a participar das tomadas de decisão.

Em outras regiões, há ações em que os moradores participam como colaboradores eventuais, coletando dados para pesquisas ou em atividades desenvolvidas pela instituição. Ocorre também de os beneficiários participarem de forma mais ativa. Nesses casos, geralmente a instituição parte de levantamento ou diagnóstico socioambiental realizado com a mobilização e o envolvimento dos moradores para identificar a realidade local e as relações com a unidade de conservação, definindo, então, as estratégias e ações a serem desenvolvidas.

Essas participações diferenciadas levam, também, a resultados distintos. Instituições que, no planejamento de suas intervenções, buscaram a colaboração de parceiros e beneficiários costumam atuar a partir de demandas locais e obter maior envolvimento dos beneficiários. É o caso, entre outros, do CTA-ZM, que atua no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, em Minas Gerais, e da FVA, que trabalha com moradores do Parque Nacional do Jaú e com comunidades de seu entorno, na Amazônia.

As duas organizações realizaram diagnósticos socioeconômicos com a participação de moradores, além de encontros e reuniões para discutir a unidade de conservação e planejar ações. Com isso, têm conseguido trabalhar demandas das comunidades, tanto no que diz respeito a questões que envolvem a unidade, como elaboração de plano de manejo, negociação de usos, etc., quanto no desenvolvimento das comunidades, com capacitação em técnicas agroecológicas, beneficiamento e comercialização de produtos, geração de renda, etc.

Entretanto, apenas o envolvimento dos beneficiários não garante a plenitude na obtenção de resultados. A FVA tem problemas na efetividade e continuidade da participação, dadas as dimensões continentais do Parque Nacional. Já o CTA-ZM enfrenta a falta de continuidade e a lentidão, devido a questões políticas, como mudanças nas administrações públicas e disputa de espaço com o poder público e demais instituições envolvidas.

Outro fator determinante percebido no envolvimento dos beneficiários é o nível de organização das populações. Há também que se levar em conta a capacidade de as instituições promotoras das ações se articularem com essas organizações, visando objetivos comuns.

Quando a população é desmobilizada e está fragilizada, torna-se bastante difícil o envolvimento dos moradores para discutir soluções relativas à conservação e ao desenvolvimento. Por outro lado, onde há movimentos organizados com os quais a instituição promotora consegue estabelecer uma boa relação, há maior probabilidade de ocorrer participação mais efetiva.

O Ipê, que atua no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, no entorno do Parque Estadual do Morro do Diabo, estabeleceu parceria com o MST para trabalhar em alguns assentamentos próximos. Essa parceria permite que os assentados sejam beneficiados por atividades que envolvem a produção, e ainda, possibilita a definição conjunta de aspectos relacionados à preservação, como definição de áreas de reserva legal e reflorestamento no entorno dessas áreas. Viabilizar a reforma agrária, mantendo e ampliando os remanescentes de floresta nos assentamentos, passa a ser objetivo comum da parceria.

Outro fator determinante para que haja a participação da população é quando a ação da instituição contribui para que as necessidades da população sejam supridas. A maioria dos casos estudados envolve populações desassistidas, que apresentam os mais diversos tipos de carências. Em geral, não contam com assistência técnica, a infra-estrutura é precária e a saúde e a educação são de baixíssimos níveis. Esse conjunto de situações faz com que a prioridade dessas populações esteja no nível das necessidades básicas e a conservação das áreas protegidas não seja prioridade para a maioria. Quando muito, existe preocupação com a conservação dos recursos das propriedades, tais como solo, água e vegetação.

As instituições que estão garantindo assistência técnica aos produtores, buscando fontes geradoras de renda ou emprego, trabalhando o fortalecimento de suas organizações para que

exercem seus direitos a crédito, educação, saúde, transporte, etc., têm conseguido maior penetração junto ao público e, conseqüentemente, maior participação, inclusive na construção de propostas para a conservação da região.

Houve casos em que a instituição, percebendo a limitação da ação centrada na educação ambiental ou mesmo na pesquisa, mudou sua estratégia e passou a conseguir maior envolvimento dos beneficiários. Exemplos que ilustram essa situação são o Ipê e a Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD), organizações que não abandonaram o trabalho de conscientização com a educação ambiental e a extensão ambiental, mas expandiram seu foco de atuação, passando a discutir e a trabalhar outras necessidades dos moradores.

Em função das grandes dimensões das unidades e dos seus entornos e das limitações de pessoal e de recursos das instituições, observa-se o envolvimento de apenas uma parcela da população que habita essas áreas. Em geral, esse contingente também não se apropria completamente das propostas desenvolvidas pelas instituições.

ATORES QUE INFLUENCIAM O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

- Mecanismos de envolvimento dos beneficiários e colaboradores na definição de estratégias e ações a serem desenvolvidas pela instituição.
- Envolvimento dos atores na leitura e análise da realidade da região e nas relações com a unidade de conservação.
- Consideração das demandas da população e dos objetivos da área a ser preservada.
- Nível de organização das populações e capacidade das instituições em estabelecer parcerias com essas organizações.
- Capacidade dos atores (instituições, moradores e suas organizações) em identificar e construir objetivos comuns.
- Capacidade das instituições em promover assistência técnica, alternativas de geração de emprego e renda para os moradores.

Grau de organização e nível de influência dos beneficiários

Em praticamente todos os casos estudados há organizações representativas de algum segmento da população, embora o nível seja bastante diversificado. O contexto local é um dos fatores que determinam essas diferenças.

É perceptível a relação entre o nível de organização da população, seu grau de participação e o grau de influência dessas instituições nas questões relativas à conservação das unidades e ao desenvolvimento de seus entornos.

Percebe-se que em regiões onde as organizações de moradores são pouco numerosas ou estão enfraquecidas, torna-se mais difícil o trabalho das ONGs e, conseqüentemente, o nível de influência dos beneficiários chega a ser inexpressivo, quando não inexistente.

Muitas organizações de moradores tiveram origem na igreja católica (Na Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança ou Pastoral da Saúde) e no movimento sindical. Tais organizações têm no seu histórico de atuação a luta por direitos sociais, como aposentadoria, terra, saúde, educação, entre outros, mas não se ocupavam das questões ambientais.

Em alguns casos, a preocupação com temas ambientais surge, exatamente, a partir do contato que as comunidades tiveram com as organizações que passaram a atuar para preservar a unidade de conservação e seu entorno. Como geralmente ocorre nessas relações, estabelece-se uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que as organizações passam a inserir as questões ambientais no seu trabalho, as instituições que atuam com meio ambiente procuram auxiliar as comunidades na busca de soluções para suas demandas.

Esse arranjo gera um desafio, ou seja, a parceria tem que potencializar o trabalho das instituições e organizações sociais sem que haja desvio das missões institucionais. Essa é uma preocupação citada por algumas instituições: como atender as demandas das comunidades sem modificar a missão original?

Algumas instituições que trabalham com unidades de conservação têm discutido conceitos e valores ambientais por meio das questões sociais e econômicas. Esta estratégia está mais presente nas organizações que desenvolvem atividades com a produção agroecológica e com alternativas geradoras de renda.

Vale ressaltar que a organização das comunidades onde os trabalhos são desenvolvidos, apesar de ser fundamental, não garante o envolvimento dos moradores nem os capacita a influenciar nas questões locais. Um exemplo é a região onde está implantada a Reserva Biológica de Una, onde atuam, entre outras organizações, o Iesb e o Jupará.

A área possui inúmeras associações de produtores criadas com o único objetivo de obtenção de crédito, tornando-as frágeis e transformando-as em instrumentos de manobra política. As duas instituições vêm procurando solucionar o problema e garantir a influência dos moradores, revitalizando essas associações e promovendo a criação de novas estruturas organizacionais que tenham maior autonomia de decisão. Entretanto, enfrentam um desafio: a dificuldade de aglutinar as pessoas em torno de questões mais amplas e não apenas na obtenção de crédito. Uma saída tem sido buscar mercado para os produtos agroecológicos ou orgânicos como forma de gerar renda, mobilizar os associados e sensibilizá-los para a questão ambiental pelo viés econômico.

Essa também tem sido a estratégia de outras instituições que estão buscando promover a criação de novos grupos e fortalecer os que já existem. É o que ocorre com o Centro Ecológico Ipê e a Acevam, que investem na formação de associações de produtores ecológicos e de cooperativas de consumidores de produtos orgânicos e têm procurado viabilizar a produção orgânica dos associados. Com essas ações, têm conseguido fortalecer a organização de produtores, que passam a ter maior influência em suas regiões, participando de conselhos municipais, ocupando cargos públicos, como a Câmara de Vereadores, ou, mesmo, ajudando a valorizar um modelo de agricultura mais sustentável do ponto de vista ambiental.

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO, GRAU DE INFLUÊNCIA E PARCERIA

Da região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, onde está localizado o Parque Estadual do Morro do Diabo, pode-se extrair um exemplo singelo, mas que ilustra a relação existente entre o grau de influência, o nível de organização e a capacidade de estabelecer parcerias. MST e IPÊ uniram-se e conseguiram, junto ao DNER, a instalação de sinalização em rodovia federal que atravessa o Parque Estadual do Morro do Diabo, com o objetivo de solucionar um problema identificado por ambas instituições: reduzir os atropelamentos e mortes de animais silvestres que vivem no Parque e que cruzam a pista da rodovia.

Analisando as experiências estudadas, conclui-se que são duas as situações mais recorrentes que definem o produto obtido da relação entre o grau de organização da população e o nível de influência das populações nas questões relativas à conservação das unidades de conservação e o desenvolvimento de seus entornos.

Onde a população está organizada, o trabalho torna-se menos custoso e com perspectivas de resultados mais rápidos e duradouros. Entretanto, as preocupações e as necessidades dos grupos comunitários vão muito além das questões ambientais, dada a carência da maioria das regiões onde estão localizadas as Unidades de Conservação. Essa situação traz um desafio às instituições que trabalham com a conservação ambiental: responderem a demandas para as quais muitas vezes não estão preparadas.

Onde não há organização ou as organizações estão fragilizadas, além da dificuldade de os moradores exercerem influência na transformação da realidade, costumam ocorrer problemas na relação das instituições com a população e, conseqüentemente, na realização de ações que resultem em benefícios para o meio ambiente e a comunidade.

DESAFIO: FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS E MANUTENÇÃO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

Um grande desafio para as instituições que atuam nas regiões onde existem unidades de conservação é conseguir cooperar com a formação e o fortalecimento dos grupos locais, sem se desviar de suas missões institucionais originais. Outro desafio é que esse fortalecimento contribua tanto para a conservação das unidades e dos recursos naturais do entorno como para atender as necessidades básicas da população.

Relação entre a UC e a experiência no entorno

Ações com unidades de conservação e seu entorno pressupõem a presença de pelo menos três atores importantes: os moradores da região e, em alguns casos, os residentes em seu interior; o órgão responsável pela manutenção e administração da unidade; e os agentes promotores de ações na região. Dependendo da história da unidade, do contexto local e, ainda, das características desses atores ocorrem ou não relações entre eles.

No levantamento efetuado, o que se observa é que a relação do trabalho dessas instituições com as unidades é condicionada muito mais pelo convívio com os seus administradores do que com a instituição para a qual eles trabalham.

Na maioria dos casos, existe parceria entre as ONGs e as unidades de conservação. Apenas três instituições não se relacionam diretamente com a área protegida e seus administradores: o Centro Ecológico Ipê, porque o parque não é o foco do seu trabalho e a maioria das comunidades com as quais trabalha está distante; e a Acevam, também atuante no entorno do Aparados da Serra, que ainda não teve um momento de aproximação com o Ibama, apesar de existirem parceiros da instituição que atuam na unidade, como é o caso da Associação Praiagrandense de Condutores Ecologistas. O mesmo ocorre com o Jupará, que atua no entorno da Reserva Biológica de Una e não mantém relação com o Ibama pelo fato de o órgão não reconhecer a importância do trabalho que realiza.

Nas demais áreas estudadas, existem ações conjuntas envolvendo a ONG e o órgão mantenedor da unidade. Em alguns casos há, inclusive, termos de cooperação técnica. São poucos os casos, entretanto, em que essa parceria resulta em envolvimento de todas as partes na gestão conjunta da unidade ou em aspectos relacionados com o seu entorno.

Geralmente, a relação se dá entre a ONG e o órgão responsável pela unidade. Não é comum a relação de parceiros e beneficiários dessas ONGs com órgãos mantenedores das unidades. Ou seja, na maioria dos casos, a ONG é um porta-voz da comunidade e de seus parceiros nas questões que envolvem a área protegida.

Das instituições que fizeram parte do estudo e que estabelecem algum tipo de relação com o órgão responsável pela unidade, apenas três têm compromisso formalizado em termos de cooperação técnica. São elas: SPVS com o Ibama, que administra Parque Nacional de Superaguí; o IPÊ com o Instituto Florestal do Estado de São Paulo, que cuida do Parque Estadual do Morro do Diabo; e a FVA, também com o Ibama, que administra o Parque Nacional do Jaú.

Na relação da FVA com o Ibama, chegou a ocorrer co-gestão do parque, transformada, depois, por opção do Ibama, em cooperação técnica. No caso do trabalho desenvolvido pelo WWF na Chapada dos Veadeiros, há relação informal com o Ibama, mas o foco das atividades são os diversos segmentos que atuam no entorno do parque. Não há envolvimento direto da entidade com a gestão da unidade de conservação.

Percebe-se que para haver co-gestão ou gestão partilhada, é necessário que haja disposição dos diferentes atores envolvidos com a área para debater questões polêmicas e difíceis, e dividir responsabilidades. É preciso que os representantes dos diferentes segmentos e, principalmente, os administradores, estejam capacitados para isso.

Apenas a Fumdam mantém co-gestão oficializada com o Ibama para cuidar do Parque Nacional da Serra da Capivara. A iniciativa de criação do parque partiu de pessoas que hoje dirigem a fundação, o que, junto com as ações que desenvolve, como abertura de estradas, construção de passarelas nos sítios arqueológicos, guaritas de acesso, etc., facilita a

proximidade. Outro fator que promove esta relação é o número de funcionários colocados à disposição do parque pela Fumdam: enquanto o Ibama mantém dois funcionários contratados e outros dois não contratados, a fundação entra com dezenas deles.

Em três casos estudados há relação da instituição promotora do trabalho com o órgão responsável, mas sem a existência de nenhum tipo de acordo formal. É o que se verifica entre o CTA-ZM e o Instituto Estadual de Florestas, na administração do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; o Iesb e o Ibama, na Reserva Biológica de Una; e a AMLD e também o Ibama, na Reserva Biológica de Poço das Antas. Nesses casos, existem parcerias para o desenvolvimento de atividades conjuntas e, em alguns casos, até estruturas físicas das ONGs dentro da unidade. É a situação da AMLD, que tem sua sede instalada na Reserva Biológica, onde administra, ainda, o Centro Educativo.

Apesar dos avanços obtidos nessas relações, elas não ocorrem plenamente e sem ausência de tensões, o que acaba interferindo na construção da gestão participativa das unidades.

Com exceção do Parque Nacional de Superaguí e da Reserva Biológica de Una, em todas as demais unidades estudadas há algum tipo de tensão. Os motivos são variados, mas um recorrente é o descompasso entre a atuação do estado e das ONGs. Os administradores das áreas têm carência de pessoal e de recursos financeiros e estão sujeitos às políticas da instituição para a qual trabalham. Por outro lado, as ONGs, apesar de também terem dificuldades na obtenção de recursos, têm maior autonomia de ação e de administração dos recursos que dispõem.

A conseqüência é a insatisfação dos administradores das unidades com as ONGs. Por terem maior autonomia e agilidade, muitas vezes, essas instituições definem ações no entorno ou dentro da unidade sem consulta aos responsáveis pela área protegida. Outra insatisfação dos administradores é quanto ao fato de, em geral, a atuação da ONG se destacar e aparecer mais do que a do estado. Em alguns casos isso ocorre porque realmente há maior eficiência das ONGs; em outros, porque essas organizações apresentam estratégias mais eficientes de divulgação.

Por outro lado, existem insatisfações das ONGs com relação à atuação dos administradores das unidades. Ou porque estes centralizam as decisões, ou porque o trabalho de fiscalização que têm que exercer provoca indisposição nos beneficiários. Mas, apesar das reclamações de falta de transparência na tomada de decisão sobre aspectos relacionados com a unidade, há tendência de estreitamento dessas relações.

O administrador de uma das unidades estudadas manifestou o anseio de que sejam criados mecanismos oficiais para orientar as parcerias, definindo o papel do estado e das ONGs, para determinar as responsabilidades e os níveis de atuação e decisão de cada um.

Quando analisada a elaboração dos planos de manejo, a situação não é muito diferente do que ocorre com a gestão dessas áreas. Com exceção do Parque Nacional do Jaú, onde o plano foi elaborado com o envolvimento da população, nas demais unidades não houve participação ativa das comunidades. No Parque Estadual do Morro do Diabo existem definições coletivas sobre aspectos que envolvem os recursos do entorno. Mas em todas a representatividade ainda é restrita.

O envolvimento de moradores na elaboração dos planos não assegura um processo sem problemas. No Parque Nacional do Jaú, por exemplo, as comunidades residentes no parque

participaram da elaboração do plano com a expectativa de que as decisões fossem solucionar os problemas de permanência na área. No entanto, a solução tem sido impedida por questões legais.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PLANO DE MANEJO E PERMANÊNCIA
DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) determina que as unidades devem dispor de um plano de manejo e afirma em parágrafo único do artigo 28 que “até que seja elaborado o plano de manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas Unidades de Conservação de Proteção Integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”.

Relata ainda, no artigo 42, que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes”.

Nas unidades de conservação onde ainda não existem planos de manejo, há tendência de realização de processos mais participativos, envolvendo moradores e suas organizações e demais atores importantes. O Parque Nacional de Superaguí e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, por exemplo, estão na fase de elaboração do plano e têm estabelecido mecanismos de envolvimento dos moradores, com a formação de comitês, conselhos, reuniões de discussão, e de outros segmentos importantes.

Porém, em nenhuma das unidades estudadas existem conselhos de gestão formalizados. Vários dos administradores das áreas analisadas manifestaram o interesse na constituição de conselhos consultivos. Entretanto, mesmo nos dois exemplos citados acima, os momentos de discussão sobre a área ainda mantêm o status de informalidade. Portanto, apesar das intenções, as decisões sobre as áreas protegidas ainda são definidas predominantemente pelos órgãos mantenedores das unidades e, quando há alguma consulta, esta é feita a algumas instituições que atuam na região ou mesmo a alguns indivíduos das comunidades. A exceção é atribuída ao Parque Nacional da Serra da Capivara, como já foi explicado anteriormente.

TABELA 3 RELAÇÃO ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
E INSTITUIÇÕES ESTUDADAS

Unidade de Conservação	Órgão mantenedor da Unidade de Conservação	Instituição protagonista da experiência	Tipo de relação da instituição com a área protegida
Aparados da Serra - SC/RS		Ibama	Acevam Inexistente
Aparados da Serra - SC/RS		Ibama	C. Ecológico Ipê Inexistente
Superaguí - PR	Ibama	SPVS	Formal – Termo de cooperação técnica
Morro do Diabo - SP	Instituto Florestal	Ipê-SP	Formal – Termo de

	de São Paulo		cooperação técnica
Serra da Capivara - PI	Ibama	Fumdham	Formal – Co-gestão
Una - BA	Ibama	Jupará	Inexistente
Una - BA	Ibama	Iesb	Informal
Jaú - AM	Ibama	FVA	Formal – Termo de cooperação técnica
Poço das Antas - RJ	Ibama	AMLD	Informal (em fase de formalização)
Serra do Brigadeiro - MG	Instituto Estadual de Florestas – MG	CTA-ZM	Informal
Chapada dos Veadeiros - GO	Ibama	WWF-Brasil	Informal

Articulação com o poder público e outras entidades da sociedade civil

Existe, certamente, uma relação direta entre a capacidade de articulação e inserção no cenário local e regional de uma entidade e o sucesso de seu trabalho. É cada vez mais claro que há incremento na eficiência das atividades desenvolvidas por uma instituição quando existe o apoio e o envolvimento de outros atores sociais. Evidentemente, nem sempre isso é possível, principalmente no tocante ao poder público local que, muitas vezes, sofre a influência de interesses que divergem daqueles observados pela entidade.

As instituições examinadas nesse estudo, possuem, em sua maioria, ampla capacidade de articulação com outros atores da região onde atuam, o que tem contribuído, de forma decisiva, para aumentar a eficiência de suas ações.

A FVA, por exemplo, possui significativa capacidade de articulação com outros setores da sociedade civil e com o poder público. Faz parte de uma série de coletivos nacionais e regionais, bem como é parceira de diversas entidades e organizações do entorno do Jaú e de Novo Airão. No caso de Novo Airão, sua ação local é potencializada pela articulação com outros atores. Os encontros de representantes de organizações de Novo Airão, promovidos pela FVA, também desempenham papel relevante nessa articulação.

A importância das atividades desenvolvidas no entorno, para a manutenção da integridade biológica da unidade de conservação é matéria sobre a qual não cabem dúvidas. Nesses locais encontram-se, cada vez mais, assentamentos de reforma agrária e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. Por isso, construir parcerias com essas comunidades é essencial para assegurar a conservação da biodiversidade.

Significativos são os exemplos que vêm da Mata Atlântica, bioma bastante ameaçado. As instituições que trabalham na Reserva Biológica de Poço das Antas – AMLD – e no Parque Estadual do Morro do Diabo – Ipê – têm logrado desenvolver parcerias importantes com comunidades de assentados de reforma agrária, fundamentais para a preservação.

A AMLD mantém, informalmente, parcerias com instituições diferenciadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa/Agrobiologia), Pesagro/RJ,

Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ibama/Rebio de Poço das Antas.

Já o Ipê tem convênio formal com a Coocamp (cooperativa do MST) e mantém relação bastante estreita com os assentamentos, via lideranças do MST. Possui também parceria informal com associações de pequenos agricultores, além de relação não formal com a Prefeitura de Teodoro Sampaio e acordo de cooperação técnica com o Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

O trabalho diversificado que desenvolve permite à AMLD fomentar suas parcerias com os assentados e ter alta capacidade de articulação com outros atores locais e regionais. Além de proprietários, assentados, acampados e educadores, a associação tem interfaces com o poder público local e regional. Um exemplo é o seu programa de incentivo ao desenvolvimento regional do ecoturismo, com ênfase em Aldeia Velha, que conta com apoio de pequenos comerciantes, alguns proprietários rurais, uma pequena ONG e governo local. O projeto de transformação da estrada Serra do Mar/Casimiro de Abreu/Lumiar em estrada ecoturística, concebido em parceria e coordenado pela Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, reúne também um conjunto de representantes diferenciados, o que ilustra o grau de articulação.

Outro exemplo de parcerias que possibilitam a execução e potencialização de projeto vem do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O WWF e seus parceiros – Associação Comunitária de São Jorge, Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado da Chapada dos Veadeiros e Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada de Veadeiros – construíram juntos o projeto que, apesar de ter enfrentado diversos problemas, obteve resultados bastante positivos como, por exemplo, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Muitas unidades têm, em seu entorno, atividades produtivas que envolvem desde agricultores familiares até grandes latifundiários. A agricultura pode ser, ou não, atividade de grande impacto negativo para o ambiente. Fazer parcerias, de modo a mitigar o impacto que a atividade agrícola pode gerar e promover uma agricultura mais sustentável, torna-se, assim, essencial. Em alguns casos, como no entorno do Parque Nacional dos Aparados da Serra, as entidades que lá atuam possuem relação estreita com as iniciativas destinadas a promover a agricultura ecológica. O Centro Ecológico Ipê possui ampla articulação com associações e cooperativas, bem como convênios com as Prefeituras de Caxias do Sul, Antônio Prado, Porto Alegre e Garibaldi, para prestar assistência a esses municípios. O CTA, que trabalha no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, também dirige parte de suas articulações a esses objetivos.

Muitas vezes, a presença de uma unidade de conservação na região catalisa uma série de iniciativas sócioambientais. No município de Praia Grande, por exemplo, onde está o Aparados da Serra, há várias atividades apoiadas ou com relação direta com o trabalho desenvolvido pela Acevam. Entre elas, estão a Associação dos Agentes de Saúde e Resgate das Plantas Medicinais (Asserplam); a Cooperativa de Consumidores de Produtos Orgânicos (Coopervida); a Associação Praiagrândense de Condutores para Ecoturismo (APCE); a rádio comunitária, que divulga os trabalhos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), pelas associações, etc.;

a Ecovida, rede de certificação de produtos orgânicos; e, finalmente, o Comitê de Gerenciamento da Bacia do Mampituba, que tem a Acevam como membro gestor.

Em outras unidades, as atividades sócioambientais começaram a ser promovidas na região por causa da criação da área protegida. Na Serra da Capivara, muitos dos projetos sócioambientais possuem relação com a manutenção da integridade do parque. As articulações, fomentadas pela Fumdam com órgãos federais e empresas, buscam esse objetivo. A fundação já teve ou ainda conta com alguma forma de apoio de órgãos públicos nacionais, universidades nacionais e internacionais, organizações internacionais e empresas.

Em alguns casos, entidades que trabalham no entorno da mesma unidade possuem perfis diferentes e complementares. Nesse caso, as articulações com o universo de atores sociais também se fazem de forma complementar. O caso das instituições que trabalham no entorno de Una ilustra bem essa situação. Enquanto o Iesb mantém parcerias com secretarias e diretorias do governo estadual, prefeituras municipais, secretarias municipais, rede de ONGs da Mata Atlântica, ONGs regionais, Ibama e centros de pesquisa, o Jupará se articula mais intensamente com organizações do movimento social.

Articulação com as comunidades do entorno

Dada a grande diversidade sócioeconômica, geográfica e cultural existente no Brasil, o envolvimento de instituições com comunidades locais, foco desse estudo, deve ser analisado a partir do contexto específico onde cada UC se insere. As alternativas de articulação com comunidades localizadas em regiões vastas e com precária infra-estrutura, como é o caso da Amazônia, são, na maioria das vezes, bastante diferentes daquelas verificadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Estas regiões contam, em geral, com unidades de conservação relativamente pequenas e uma infra-estrutura de melhor qualidade, além da existência de comunidades mais organizadas e com maior grau de articulação. É preciso levar em conta tais diferenças em quaisquer comparações entre realidades tão distintas.

O trabalho desenvolvido pelas entidades, dessa forma, envolve predominantemente o fortalecimento, a conscientização e a capacitação das comunidades. Em alguns casos, a história da entidade é parte da própria história da comunidade e de suas organizações. É o caso do CTA-ZM, cuja trajetória confunde-se com a dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Região da Serra do Brigadeiro. Ou ainda do Jupará, onde a relação com as lideranças e a existência de agricultores que fazem parte da instituição asseguram maior proximidade com as comunidades.

A atuação da Acevam e do Centro Ecológico Ipê no entorno do Parque Nacional dos Aparados da Serra tem como foco a conscientização sobre a questão ambiental, ligada à articulação dos diversos atores locais. Os associados da Acevam se relacionam com as comunidades e exercem algum nível de influência. O trabalho com a agricultura ecológica tem possibilitado a sensibilização e a conscientização de algumas famílias do entorno do

parque. À medida em que essa conscientização aumenta, novos núcleos estão se organizando em torno de uma agricultura com menos riscos ao meio ambiente.

A questão da percepção negativa das instituições ou de suas atividades, por parte das comunidades do entorno, ocorre com bastante frequência. Em muitos casos, isso se dá pelo fato de as organizações serem identificadas com políticas de fiscalização e controle, com o desenvolvimento de ações não tradicionais na região, ou, ainda, com a defesa de posições consideradas restritivas ao desenvolvimento da região. Muitas são confundidas, pelas populações locais com o órgão gestor responsável pela unidade. No início de sua atuação, por exemplo, o Iesb era visto com desconfiança, considerado como mais um órgão fiscalizador. Mas, gradualmente, vem criando laços e parcerias.

A Reserva Biológica de Poço das Antas tem muito em comum com o do Parque Estadual do Morro do Diabo. Em ambos os casos, as entidades que ali foram trabalhar visavam à conservação de uma espécie ameaçada e, aos poucos, perceberam que a sobrevivência dessas espécies dependia do uso que a população local fazia da terra nas circunvizinhanças da unidade. Passaram, então, a adotar estratégias de articulação com os movimentos sociais, assentados e acampados de reforma agrária e/ou proprietários rurais.

No início da atuação do Ipê, o trabalho restringia-se à educação ambiental. Com a constatação da necessidade de direcionar a ação para os assentamentos do entorno, o Ipê concretizou parceria com o MST, utilizando, inicialmente, a estratégia de trazer as pessoas para dentro do parque, por meio da educação ambiental e da abertura de trilhas interpretativas. Posteriormente, patrocinou a instalação do Viveiro Escola, utilizado para capacitar os assentados na produção de mudas, e, atualmente, trabalha com vários assentamentos. Ainda assim, conforme assinala o Instituto Florestal, a atuação do Ipê restringe-se, atualmente, ao lado oeste do parque, onde localizam-se os assentamentos. A região leste, que abriga os pequenos proprietários, é a mais degradada e que mais impactos sofreu nas décadas de 50 e 60, principalmente pelo uso do fogo. A iniciativa de trabalhar com os assentamentos é uma estratégia do Ipê para potencializar sua atuação, articulando-se com um movimento social organizado, o MST, por intermédio das lideranças dos assentamentos e dos núcleos.

A AMLD tem promovido, também, muitas atividades em parceria com os assentados e acampados na região de Poço das Antas. As comunidades que trabalham com a entidade estão muito envolvidas e valorizam as atividades. A comunidade de Silva Jardim, município onde se localiza a reserva, em geral, valoriza o trabalho da associação que, infelizmente, não pode expandir o seu trabalho de formação contínua para incentivar educadores a desenvolverem ações de educação ambiental em escolas e comunidades. Hoje, este projeto está limitado a dez estabelecimentos de ensino (o município possui 42 escolas), devido às limitações de tempo, recursos e pessoal.

Um bom indicador do grau de envolvimento da comunidade local é o programa de corredores florestais, que visa, além do estabelecimento de conexões entre os fragmentos florestais da região, testar as parcerias com os proprietários rurais, uma vez que grande parte desses corredores estão localizados em propriedades privadas. A aquiescência dos proprietários em participar de um projeto que só começará a dar resultados dentro de dez anos mostra o grau de comprometimento.

O trabalho desenvolvido pelo WWF na Chapada dos Veadeiros, por sua vez, revela que a interação com as comunidades locais pode ser, às vezes, difícil, principalmente quando se trata de parceiros múltiplos e desiguais. A inserção da instituição junto às comunidades tem sido reavaliada, assim como o projeto.

A análise do caso do Parque Nacional do Jaú traz à tona as dificuldades inerentes a iniciativas de articulação com comunidades situadas na Amazônia. Na atuação da FVA em Novo Airão e suas circunvizinhanças, há bastante integração com a comunidade. Em Novo Airão, há um trabalho constante de capacitação política e fortalecimento institucional. Várias pessoas entrevistadas, como o presidente da Associação de Produtores Agrícolas da Comunidade de Bom Jesus de Puduari, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Airão e artesãos da Associação dos Artesãos de Novo Airão apontaram o trabalho da FVA como essencial para garantir a eficiência de suas organizações. Algumas das comunidades do parque estão envolvidas nas atividades desenvolvidas em Novo Airão e no projeto Fibrarte.

No caso de Puduari, a FVA está envolvida na busca e discussão com a comunidade de novas alternativas de geração de renda. Junto com o sindicato, a fundação busca capacitar lideranças e disseminar técnicas de resolução de conflitos. Até o momento, esse trabalho já operou grandes mudanças no sindicato, que não trata mais apenas de problemas relacionados à aposentadoria de seus membros, tendo reformado seu estatuto, efetuado um planejamento e colocado em prática um cronograma de reuniões mensais com os membros. Com relação à Associação dos Artesãos, seus integrantes mencionaram enfaticamente que o trabalho dos técnicos da FVA em Novo Airão é fundamental para a consolidação da entidade representativa, principalmente no que se refere às possibilidades de colocação de seus produtos no mercado.

Foco das experiências

Nem todas as experiências examinadas no presente estudo têm seu foco dirigido à proteção das unidades de conservação. Apesar disso, mesmo quando as unidades não são o centro da atuação das entidades, seu trabalho, desenvolvido no entorno, termina por influenciá-las, pois os processos mantenedores da diversidade biológica não estão circunscritos apenas aos limites das áreas protegidas. Vale notar, porém, que quando é esse o caso, essas instituições estão desenvolvendo atividades independente da existência da Unidade de Conservação.

Esse é o caso da Acevam e do Centro Ecológico Ipê que realizam trabalho com agricultores sem vínculo direto com o parque. Possivelmente, desenvolveriam trabalho similar ainda que a unidade não existisse.

Outras entidades, entretanto, dirigiram seus trabalhos ou tiveram sua criação vinculada a determinadas regiões exclusivamente por causa de recursos preservados pelas UCs. Como ocorre com o Mico-Leão-Dourado em Poço das Antas, com o Mico-Leão-Preto no Morro do Diabo e dos sítios arqueológicos da Serra da Capivara.

O foco do trabalho da AMLD, até hoje, é, indiscutivelmente, a preservação do Mico-Leão-Dourado, atuando nas reservas biológicas e fazendas onde os animais são novamente introduzidos. Entretanto, ao longo do tempo, foram sendo incorporadas diversas ações sócioambientais, que fizeram com que o mico seja hoje uma bandeira para a conservação dos processos mantenedores da biodiversidade, incluindo aqueles que proporcionam uma vida melhor para as populações do entorno. Como consequência, é clara a percepção da relação entre o trabalho desenvolvido pela associação, as reservas, os proprietários rurais, as famílias assentadas e acampadas no entorno e, evidentemente, o Mico-Leão-Dourado.

O caso da SPVS é também parecido. Sua atuação em Superaguí inicialmente estava centrada na preservação de uma espécie em extinção: o Papagaio-de-Cara-Roxa. Logo em seguida, a instituição passou a focar seu trabalho na área protegida, por perceber sua importância na conservação da espécie. Hoje, técnicos acreditam que é preciso trabalhar outras necessidades da população para conseguir atingir os objetivos iniciais.

Mesmo não tendo como foco uma espécie ameaçada, o trabalho da Fumdham na Serra da Capivara possui aspectos em comum com os exemplos citados, principalmente no tocante à conservação da integridade da unidade. A fundação tem como objetivos a preservação do patrimônio cultural e natural do parque; a pesquisa interdisciplinar, abrangendo o estudo da interação homem-meio, da pré-história aos dias atuais; e o envolvimento da população local por intermédio de programas que visam a desenvolver a educação, a saúde e a criação de sistema auto-sustentável de produção alternativa.

A maior parte dos recursos alocados estão concentrados na área do parque, para a instalação e manutenção da infra-estrutura interna e contratação de pessoal que ali trabalha. Há recursos destinados à manutenção do museu e outras áreas de preservação fora do parque, com objetivo de assegurar a conservação. Entretanto, apesar de desenvolver programas externos para integrar a população local, o trabalho da Fumdham concentra-se no parque, sendo sua atuação no entorno restrita quando comparada aos casos do Ipê e da AMLD.

Em muitos casos, o trabalho inicialmente focado na área protegida cresce para abarcar uma variedade de processos sócioambientais, fundamentais para assegurar a integridade da UC. Esse é também o caso da atuação da FVA no Jaú, tanto no entorno como na zona de influência, surgido originalmente em função da existência da unidade.

Atualmente, essa visão ampliada do trabalho de conservação se manifesta na própria missão da FVA e na amplitude de seus objetivos: “(...) a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região Amazônica, em particular da bacia do rio Negro, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas e à diversidade étnica regional”. Assim, a FVA trabalha em dois eixos: conservação da biodiversidade e qualidade de vida. Apesar dessa ligação com o Jaú, o trabalho da FVA em Novo Airão foi adquirindo, ao longo do tempo, uma outra dimensão e, hoje, possui interfaces independentes da existência do parque, como o trabalho desenvolvido com associações de bairros. Vale assinalar que muitos dos atores envolvidos nessas experiências não fazem a conexão entre o trabalho da FVA e o Parque Nacional do Jaú.

No caso da Reserva Biológica de Una, as entidades que ali trabalham representam duas situações: aquelas cujo trabalho nasceu como consequência da existência da UC e outras que trabalham em determinado local onde, casualmente, há uma área protegida.

O Iesb também começou seu trabalho na região tendo como foco exclusivamente a reserva, tanto que seu objetivo é colaborar com o desenvolvimento do entorno, com estratégia de conservação também dos remanescentes florestais nas propriedades ao redor. Suas ações iniciais auxiliaram o Ibama na regularização fundiária, no esclarecimento dos moradores sobre os objetivos da reserva, na realização de levantamento ambiental e socioeconômico e de trabalho de educação ambiental para conscientizar os moradores sobre a importância da preservação de toda a área. Somente com a evolução dos trabalhos, o Iesb passou a fazer o trabalho de extensão junto aos integrantes de associações e cooperativas.

O Jupará, que também atua na região da Reserva Biológica de Una, fez o caminho inverso. Sua ação estava focada no desenvolvimento dos assentamentos, tendo como base a agroecologia. Evidentemente, como nos casos das instituições que trabalhavam centradas nas Unidades de Conservação e tiveram seus focos ampliados, o Jupará também incorporou aos seus objetivos as diversas dimensões surgidas pela existência da reserva. Com isso, seu objetivo passou a ser o de colaborar com o desenvolvimento do entorno como estratégia de conservação da reserva e dos remanescentes florestais nas propriedades do entorno.

O Parque Nacional de Aparados da Serra e as entidades que trabalham na região revelam uma situação distinta pois, ainda que o trabalho tenha criado certas interfaces com o parque, a atuação dessas entidades não está centrada na conservação da unidade, nem a proteção foi incorporada aos objetivos dessas instituições. A Acevam visa, primordialmente, promover a agricultura ecológica, fortalecer a agricultura familiar e possibilitar a comercialização de produtos orgânicos, objetivos que não estão diretamente relacionados com a UC. Entretanto há interação com o entorno, por intermédio da proposta de agricultura a ser praticada e do trabalho de educação ambiental e ecoturismo desenvolvido por uma de suas parceiras, a Associação Praiagrãndense de Condutores de Ecoturismo.

Já o Centro Ecológico Ipê busca a viabilização econômica e social da agricultura familiar; a construção de relações solidárias, transparentes e justas entre os diferentes agentes envolvidos na produção de alimentos; o fortalecimento da autonomia e cidadania das populações rurais e urbanas na construção de uma economia ecológica, popular e solidária; e o desenvolvimento social baseado na valorização do trabalho e no respeito à vida em suas diferentes manifestações. Quer, ainda, preservar e reconstituir as bases ecológicas de sustentação dos agroecossistemas e dos ecossistemas naturais a eles vinculados. Não existe, portanto, um foco direcionado para a conservação do parque. É possível que o trabalho desenvolvido próximo a este local irradie para a região do entorno e colabore com sua conservação. Mas não é com essa preocupação que é realizado.

A situação do CTA se aproxima, sob certos aspectos, da situação das entidades que trabalham em Aparados da Serra, pois seu objetivo maior é contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável para a Zona da Mata de Minas Gerais e fortalecer a organização dos pequenos agricultores por meio do apoio à identificação e à busca de soluções para os principais problemas encontrados no seu sistema produtivo. Esses objetivos já existiam antes da criação do parque, mas a entidade agregou novas ações para lidar com a unidade de conservação.

A experiência do WWF é um pouco distinta, mas possui muitos elementos em comum com as entidades que tinham sua atuação concentrada em componentes da biodiversidade e ampliaram seu foco para abranger processos que influenciam essa diversidade. Seu primeiro intuito era desenvolver na Chapada dos Veadeiros, um projeto dentro de um modelo institucional conhecido como ICDP (Integrated Conservation and Development Project). Apesar disso, a maior parte dos resultados do projeto concerne às questões relativas à conservação da biodiversidade e pouco foi feito em relação ao uso sustentável dos recursos naturais na região. Apenas recentemente, a instituição reavaliou o projeto e passou a fortalecer esse componente do projeto.

Por fim, cabe assinalar que as experiências examinadas mostram que o sucesso das ações de conservação de um ecossistema em um espaço protegido ou de uma espécie dependem, visceralmente, da integração com o entorno e do uso da terra. Na maioria dos casos, o trabalho em uma região que possui uma área protegida leva ao desenvolvimento de laços e interações com esse espaço geográfico e com os processos que asseguram a manutenção da biodiversidade. Tanto entidades que começaram com o foco em apenas uma única espécie, como aquelas que realizavam um trabalho centrado nas circunvizinhanças da unidade, convergiram para uma atuação que agrega essas duas dimensões.

TABELA 4 RESUMO DO FOCO DAS EXPERIÊNCIAS DAS ENTIDADES NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO RELACIONADAS

Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	UF GO	Nome da entidade WWF
Foco da experiência Trabalho dirigido à manutenção da integridade biológica da unidade e ao desenvolvimento sustentável da região, como parte de um modelo de projeto desenvolvido pela instituição.		
Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional do Jaú	UF AM	Nome da entidade FVA
Foco da experiência Trabalho dirigido à conservação da integridade biológica e da sociodiversidade do parque desde o começo de sua atuação na unidade. Seu componente de políticas públicas cresceu e ocupa uma posição de destaque hoje, inclusive pelas possibilidades que a ação desenvolvida no parque possui, de se tornar paradigmática.		
Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra da Capivara	UF PI	Nome da entidade Fumdam
Foco da experiência Trabalho dirigido à conservação de sítios arqueológicos, desde sua criação. Envolvimento ainda limitado com o entorno.		
Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional de Aparados da Serra	UF SC/RS	Nome da entidade Acevam
Foco da experiência Trabalho com agricultores da região sem vínculo original com a existência da unidade de conservação, principalmente para fomento da agricultura ecológica.		
Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional de Aparados da Serra	UF SC/RS	Nome da entidade Centro Ecológico Ipê
Foco da experiência Trabalho com agricultores da região sem vínculo original com a existência do parque, promovendo a agricultura ecológica e a viabilização econômica e social da agricultura familiar.		
Nome da Unidade de Conservação Parque Nacional do Superagui	UF PR	Nome da entidade SPVS
Foco da experiência		

Trabalho dirigido à conservação do Papagaio-de-Cara-Roxa, desde o começo de seu trabalho no parque. No momento, considera a atuação em outros campos por entendê-la relevante para a manutenção da integridade da unidade de conservação.

Nome da Unidade de Conservação	UF	Nome da entidade
Parque Estadual do Morro do Diabo	SP	Ipê

Foco da experiência

Trabalho dirigido à conservação do Mico-Leão-Preto, desde sua criação, e incorporação de enfoque de ecossistema em função das necessidades de conservar mais áreas para assegurar a sobrevivência da espécie. Agregou também um componente relevante de políticas públicas na região.

Nome da Unidade de Conservação	UF	Nome da entidade
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	MG	CTA/ZM

Foco da experiência

Trabalho com agricultores da região sem vínculo original com a existência do parque, focado no desenvolvimento de modelo rural sustentável para a região. Com a criação da unidade, agregou componentes de conservação ambiental às suas ações e criou um programa para o entorno do parque.

Nome da Unidade de Conservação	UF	Nome da entidade
Reserva Biológica de Una	BA	IESB

Foco da experiência

Trabalho dirigido à manutenção da integridade das florestas de Una e de seu entorno, desde o começo de sua atuação na área. Agregou atividades dirigidas ao entorno, principalmente como estratégia de mitigação dos possíveis impactos das ações ali desenvolvidas sobre a unidade de conservação.

Nome da Unidade de Conservação	UF	Nome da entidade
Reserva Biológica de Una	BA	Jupará Agroecológico

Foco da experiência

Trabalho originalmente focado no fomento da agroecologia nos assentamentos de reforma agrária da região. Com o surgimento da reserva, agregou componentes de conservação de biodiversidade em seus programas, principalmente como estratégia de proteção aos remanescentes da unidade de conservação.

Nome da Unidade de Conservação	UF	Nome da entidade
Reserva Biológica de Poço das Antas	RJ	AMLD

Foco da experiência

Trabalho dirigido à conservação do Mico-Leão-Dourado, desde sua criação, e incorporação de enfoque de ecossistema em função das necessidades de conservar mais áreas para assegurar a sobrevivência da espécie, garantindo, ao mesmo tempo, melhores condições de vida para as populações do entorno. Agregou também um componente relevante de políticas públicas na região.

Impacto na geração de emprego e renda

Em todos os casos analisados, as ONGs estão buscando alguma forma de melhorar a qualidade de vida das populações com as quais trabalham. Para isso, têm utilizado as mais diversas estratégias, desde o fortalecimento das organizações e a criação de novas estruturas de reivindicação de seus direitos, até a promoção de atividades que gerem empregos e alternativas de renda.

A busca pela geração de emprego e renda tem acontecido de várias formas. As instituições que têm, na sua origem, a missão de apoiar comunidades rurais e utilizam a agroecologia como um princípio no trabalho com o entorno de Unidades de Conservação,

têm priorizado alternativas geradoras de renda com a agricultura. É o que ocorre com o Centro Ecológico Ipê e a Acevam, com o CTA-ZM e com o Jupará.

Há instituições que têm utilizado estratégia semelhante, mas cuja missão original não era a agricultura. É o caso do Ipê, que atua com os assentamentos, e do Iesb, que desenvolve trabalhos com associações e cooperativas.

Em quase todos os locais, a atividade agrícola convencionalmente praticada está concentrada em poucas culturas que tradicionalmente geram renda, como o café na Serra do Brigadeiro, a banana em Aparados da Serra e o cacau na região de Una. São culturas que, produzidas em monocultivo, com o uso de agroquímicos e sem cuidados de conservação de solos, causam impactos negativos ao ambiente. Um dos desafios das instituições que atuam nessas regiões é a construção de alternativas a esse modelo de produção.

Há uma busca pela sustentabilidade econômica dessas culturas geradoras de renda e pela diversificação da produção com o estímulo a outras culturas. As instituições têm procurado desenvolver, juntamente com os produtores, manejos agroecológicos que transformem a forma tradicional de produção. Além disso, têm buscado ocupar o nicho do mercado ecológico ou orgânico. A Acevam, o Centro Ecológico Ipê, o Jupará e o Iesb estão trabalhando para que as associações e cooperativas parceiras certifiquem seus produtos para serem comercializados nos mercados locais, regionais e internacionais. É o caso da Cabruca, uma cooperativa de produtores orgânicos, parceira do Iesb, que já exportou pimenta, guaraná e cacau para a Costa Rica.

Uma experiência interessante é a rede solidária de produção e circulação de produtos ecológicos do litoral norte do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina, que envolve o Centro Ecológico Ipê e a Acevam, com o objetivo de fortalecer os grupos que a compõem, criando fluxos de relação entre eles e viabilizando a produção, o consumo, a assessoria e a divulgação dos produtos ecológicos. Para se ter uma idéia da dimensão dessa iniciativa, apenas as associações que trabalham com o Centro Ecológico Ipê comercializam 40 toneladas de banana orgânica por mês.

Outra ação comum às instituições que promovem a agricultura agroecológica é o apoio às organizações de produtores e a promoção de novos grupos. O Iesb auxiliou, além da Cabruca, a criação da Cooperuna, outra cooperativa que congrega sócios de diversas associações da região de Una. O Jupará criou a Coopasb, Cooperativa de Pequenos Agricultores do Sul da Bahia. O CTA-ZM assessora as associações de pequenos produtores dos municípios vizinhos ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

O Ipê, por sua vez, assessora a Coocamp, cooperativa que pertence ao MST e tem sócios dos assentamentos do Pontal do Paranapanema. O Centro Ecológico Ipê apoia as associações de agricultores ecologistas e as cooperativas de consumidores da região, enquanto a Acevam também se articula com outras associações e cooperativas de produtores e consumidores do outro lado de Aparados da Serra.

A aproximação que a Acevam e o Centro Ecológico Ipê promovem entre produtores rurais e consumidores urbanos é uma estratégia interessante para garantir a sustentabilidade sócioeconômica da agricultura ecológica, pois fortalecem dois extremos da cadeia produtiva: a produção e o consumo. Numa ação articulada, viabilizam a produção ecológica dos agricultores, garantem o consumo dos produtos cultivados e, ainda, colaboram para uma mudança na percepção que comunidades rurais e urbanas têm do meio ambiente.

Algumas instituições têm trabalhado ainda o beneficiamento de produtos. O Centro Ecológico Ipê e a Acevam estão ajudando as famílias na produção da banana-passa ecológica. O CTA-ZM ajudou as associações a adquirirem uma máquina ambulante beneficiadora de café que transita pela região da Serra do Brigadeiro, limpando o produto nas propriedades. O Ipê, com a Coocamp, cooperativa dos assentados, iniciou o beneficiamento do leite, embora no momento essa atividade esteja parada por problemas administrativos. O Jupará recuperou casas de farinha nos assentamentos para o beneficiamento da mandioca produzida na região.

Além de fomentar a produção orgânica ou agroecológica dos produtos tradicionais, as instituições têm incentivado a diversificação da produção, introduzindo outras culturas e atividades, como a apicultura e a fruticultura. Nesses casos, não existe análise mais aprofundada sobre estruturas de beneficiamento, mercado e possibilidades de expansão, resultado da falta de planejamento que possa garantir a sustentabilidade dessas novas produções.

Outra maneira de as instituições promoverem alternativas que gerem emprego e renda é o apoio ou a promoção de atividades não agrícolas, aproveitando os potenciais da região. As atividades apoiadas também são bastante diversas. Existem instituições que estão trabalhando com grupo de mulheres, aproveitando-se do conhecimento local para a elaboração de remédios caseiros de princípio fitoterápico. Na região de atuação do Centro Ecológico Ipê e da Acevam, por exemplo, funcionam, aproximadamente, 30 farmácias caseiras, organizadas em sua maioria por grupos de mulheres, com o apoio da Igreja Católica.

Outra atividade envolvendo mulheres é a cozinha comunitária localizada em uma comunidade do entorno do Parque Nacional do Superaguí, que fornece alimentação para os turistas que freqüentam a região. Uma iniciativa viabilizada pela parceria entre a SPVS e a Emater local.

A produção de mudas também é uma forma de gerar renda para algumas famílias dos assentamentos do entorno do Parque Estadual do Morro do Diabo. A atuação do Ipê e de dois parceiros (IF e MST) possibilitou a instalação de 14 viveiros que produzem mudas para serem utilizadas nas propriedades e comercializadas.

O turismo é outra atividade estimulada por algumas instituições. O Iesb comprou uma área ao lado da Reserva Biológica de Una, no Sul da Bahia, e criou o Ecoparque, empreendimento turístico que tem como objetivo, além de garantir um corredor entre a reserva e os fragmentos florestais da região e oferecer oportunidades de pesquisa, ser uma unidade demonstrativa da possibilidade de se obter renda explorando a beleza e os recursos da região de forma sustentável. O Ecoparque gera seis empregos e recebe grande fluxo de turistas. A sua implantação e as atividades de capacitação de empreendedores locais estimularam a criação de mais dez RPPNs, embora nenhuma delas esteja no entorno da reserva. Apesar dos avanços da proposta, o Ecoparque ainda não gera recursos suficientes para sua manutenção.

A Associação Mico-Leão-Dourado, que atua na região da Reserva Biológica de Poço das Antas-RJ, também promove atividades de estímulo ao ecoturismo. A volta do Mico-Leão-Dourado às fazendas próximas à reserva, além do objetivo de preservação da espécie, é utilizada para atrair turistas para as propriedades e beneficiar seus proprietários. Além disso,

a associação tem fomentado e orientado os proprietários na criação de RPPNs, com 11 unidades já criadas e seis em processo de criação junto ao Ibama. Um dos interesses desses proprietários em transformar parte de suas propriedades em unidade de conservação é a exploração do turismo. Ainda há o incentivo à organização de grupos afins, como artesãos, proprietários de atrativos naturais e de pousadas.

Nos locais onde está sendo estimulado o turismo, ainda não há envolvimento da maioria dos moradores. Como é uma atividade sobre a qual a maioria da população rural não tem domínio, apenas as pessoas mais informadas e com maior capacidade de investimento têm conseguido obter renda com esta prática. Apesar das tentativas de inserção de pequenos agricultores nessa atividade, ainda não surgiram resultados concretos. Um dos exemplos é a ação do CTA-ZM, que promoveu cursos de capacitação e visitas de turistas à região da Serra do Brigadeiro, mas ainda não obteve a adesão total das famílias.

Percebe-se que é preciso um trabalho muito bem elaborado de sensibilização, capacitação e apoio estrutural para que os moradores com menor volume de recursos possam se beneficiar diretamente e não serem apenas prestadores de serviços em grandes empreendimentos.

O artesanato é outra atividade não agrícola que está sendo trabalhada em algumas regiões estudadas. A Fumdam instalou uma indústria de cerâmica que emprega, atualmente, dez pessoas. A produção é feita a partir do barro extraído do entorno de parque. A indústria é da fundação e, portanto, as pessoas que nela trabalham são seus funcionários. Mas não é apenas com a cerâmica que a fundação tem gerado emprego. Isso também tem ocorrido com a formação de pessoas para trabalhar dentro do parque, na manutenção das inscrições rupestres e em outras atividades já citadas anteriormente.

As várias ações realizadas pela fundação tiveram impacto positivo sobre o parque, geraram muitos empregos mas apresentam limitações de continuidade e, portanto, de sustentabilidade, pois ainda não foram propostas apropriadas pela população. Esse é um dos motivos pelos quais as atividades vêm sendo terceirizadas, pela iniciativa privada ou pela administração pública. Como os beneficiários participam apenas como funcionários e não se envolvem na gestão das atividades geradoras de renda, há uma dependência da Fumdam e de seus recursos.

O exemplo mais representativo de geração de renda com o artesanato para a população local certamente é do Projeto Fibrarte, executado pela FVA com artesãos do município de Novo Airão. A presença de inúmeros artesãos em plena atividade, confeccionando artefatos de fibra extraídas da região, como chapéus, peneiras, cestas, etc., e a proximidade da cidade de Manaus possibilitaram a instalação do projeto e a criação da Associação dos Artesãos de Novo Airão. Apesar do sucesso do trabalho, alguns problemas relacionados à gestão da associação têm reduzido o número de associados, o que pode comprometer a sustentabilidade da iniciativa.

Problemas administrativos das associações e cooperativas são muito comuns nas organizações de moradores e os motivos são bastante diversos. O que geralmente determina as situações de dificuldade é o fato de as pessoas que estão à frente dessas organizações não terem sido capacitadas para exercerem a administração. Há também o fato de a organização não ter sido criada pela população local e, sim, pela iniciativa de algum agente externo, caracterizando mais uma vez a ausência de apropriação.

Mas a sustentabilidade sócioeconômica não pode ser vista apenas sob o espectro econômico e monetário. Algumas instituições estão trabalhando na valorização dos moradores e de suas organizações ou mesmo mobilizando-os para que obtenham mais informações sobre a unidade e a região em que vivem e tenham autonomia na luta pelos seus direitos. Para isso, têm realizado encontros, oficinas, cursos de formação e de capacitação. Resultados obtidos com essas atividades demonstram a importância do aumento da auto-estima e da confiança dos moradores em suas potencialidades, para que esses grupos se apoderem das propostas que estão sendo trabalhadas e tenham estímulo para construir novas ações.

Uma outra atividade, que não pode deixar de ser mencionada, pois possui papel tanto como geradora de renda quanto na valorização das comunidades do entorno, é a pesquisa. É o caso da formação de parabiólogos nos parques nacionais do Jaú e da Serra da Capivara, bem como o exemplo de pessoas da comunidade de Silva Jardim, que começaram trabalhando como voluntárias nas pesquisas do Mico-Leão-Dourado e tornaram-se pesquisadores, alguns inclusive com doutorado.

Quando consideradas as populações que estão no interior das UCs, a busca por caminhos que resultem em uma sustentabilidade sócioeconômica é mais difícil. Das unidades estudadas, quatro têm presença de moradores em seu interior. São elas: Aparados da Serra, Superagui e Jaú, além de Una, que tem parte de sua área com a situação fundiária ainda não regularizada. Em todas, o quadro é bastante semelhante, ou seja, os moradores tiveram sua qualidade de vida reduzida pelas restrições de usos e falta de perspectiva de que possam continuar onde estão. As instituições, por sua vez, têm dificuldades de lidar com o problema, pois as questões legais dificultam qualquer ação que venha a favorecer os moradores.

Em suma, para além das dificuldades de trabalho junto aos moradores do interior das unidades, em geral as instituições que promovem ações junto às populações de entorno têm buscado a sustentabilidade sócioeconômica. Apesar dos resultados não serem ainda muito significativos, as instituições têm procurado caminhos para que isso ocorra.

TABELA 5 ALGUMAS ATIVIDADES GERADORAS DE EMPREGO
E/OU RENDA PROMOVIDAS PELAS INSTITUIÇÕES

Unidade de Conservação	Instituição protagonista da experiência	Atividade geradora de emprego e/ou renda
Parque Nacional de Aparados da Serra	Acevam	<ul style="list-style-type: none"> • produção orgânica de frutas temperadas e tropicais, hortaliças, plantas medicinais e apicultura
Parque Nacional de Aparados da Serra	Centro Ecológico Ipê	<ul style="list-style-type: none"> • produção orgânica de frutas (principalmente banana), hortaliças e plantas medicinais
Parque Nacional de Superagui	SPVS	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • artesanato • cozinha comunitária/ prestação de serviço
Parque Estadual do Morro do Diabo	Ipê	<ul style="list-style-type: none"> • viveiro de mudas • produção orgânica
Parque Nacional da Serra da Capivara	Fumdam	<ul style="list-style-type: none"> • artesanato em cerâmica • apicultura

Reserva Biológica de Una	Jupará	<ul style="list-style-type: none"> • turismo • produção agroecológica (cacau, cravo, pimenta, guaraná) e beneficiamento
	da mandioca	
Reserva Biológica de Una	Iesb	<ul style="list-style-type: none"> • produção orgânica (pimenta, guaraná, cacau) • ecoturismo
Parque Nacional do Jaú	FVA	<ul style="list-style-type: none"> • artesanato com fibras vegetais pesca
Reserva Biológica de Poço das Antas	AMLD	<ul style="list-style-type: none"> • ecoturismo (receptivo e comercialização de produtos locais e artesanato) • pesquisas e educação ambiental • produção de mudas de hortaliças em estufa, mudas de espécies nativas, exóticas e frutíferas, produção orgânica de hortaliças e de biofertilizante agrobio e calda sufocância • produção agroecológica (café, frutas, apicultura)
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	CTA-ZM	

Impactos na biodiversidade

A avaliação dos impactos das experiências aqui examinadas que demonstram a obtenção de resultados significativos na conservação da diversidade biológica deve ser feita com cuidado. Em primeiro lugar, porque tais práticas ainda são relativamente recentes. Em segundo, porque os resultados apresentados são derivados exclusivamente de entrevistas realizadas com os diversos atores envolvidos.

No Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, as atividades que estão sendo desenvolvidas, como redução do uso de agrotóxicos, diminuição do uso do fogo e experiências de conservação do solo e da água, ajudam a minorar impactos sobre o ambiente, mas são, ainda, incipientes para oferecer um resultado significativo em termos de conservação da biodiversidade. No entanto, com o tempo e com a intensificação das campanhas, das ações de educação ambiental, da produção agroecológica e da gestão participativa, há tendência para que o seu papel na manutenção da biodiversidade aumente.

No caso do trabalho desenvolvido pela Acevam e pelo Centro Ecológico Ipê, o maior impacto está na mudança de hábitos, tanto alimentares e de saúde, quanto de práticas agrícolas. Os agricultores beneficiados vêm abandonando os agroquímicos e passando a fazer uso de caldas caseiras, adubação verde e manejo de solo. À medida que a vegetação arbórea vai se recompondo nas propriedades, verifica-se a recuperação da fauna local. Estão sendo implantados sistemas agroflorestais regenerativos e análogos, principalmente em áreas de bananais, aproveitando a regeneração natural, e por meio do enriquecimento com palmito, café e outras plantas de interesse dos agricultores. Já foram implantados, aproximadamente, 200 hectares de bananais diversificados com sistemas agroflorestais.

No Parque Nacional do Jaú, a pesquisa biológica desenvolvida pela FVA, em especial em uma região onde havia pouca informação, é um dos resultados positivos e importantes para a conservação da biodiversidade. O estudo dos padrões de uso dos recursos naturais

pelos moradores forneceu dados importantes sobre as populações ribeirinhas e extrativistas da Amazônia e seus impactos, positivos e negativos, sobre a diversidade biológica. Experiências como a do Fibrarte também ajudam a diminuir a pressão sobre os recursos naturais do parque e, nesse caso em especial, sobre a Estação Ecológica de Anavilhanas, onde eram efetuadas, habitualmente, as coletas de material.

Quanto ao Parque Nacional da Serra da Capivara, houve grande impacto positivo no que diz respeito à integridade da área protegida, resultado do investimento realizado pela Fundam na estrutura da área, como guaritas, pessoal, estradas, implantação e manutenção de 500 pontos com caldeirões naturais que armazenam água para a fauna, na capacitação de guarda-parques e na compra de terras para a criação de RPPNs ainda não regulamentadas. Isso tem se refletido no aumento da fauna local. O mesmo não pode ser dito quanto às atividades voltadas para a área externa ao parque, como apicultura, educação, etc, que tiveram que ser terceirizadas, podendo causar o comprometimento em termos ambientais e socioeconômicos a médio e longo prazos.

Na região da Reserva Biológica de Poço das Antas, é possível verificar o efeito do trabalho da AMLD. A população de micos quando a reserva foi criada, em 1974, era de 250 e hoje já aumentou para 1.200. Esse cenário torna evidente a relevância do trabalho desenvolvido pela AMLD para a biodiversidade. Se acrescentarmos a esse raciocínio a idéia de que o mico está sendo usado como bandeira para conservar efetivamente muitos fragmentos da Mata Atlântica, cresce a importância do trabalho da instituição.

Os diversos programas da AMLD colaboram de formas diferentes para aumentar as possibilidades de proteger a biodiversidade da reserva e da região. O programa de incentivo à criação de RPPNs garante a proteção legal de fragmentos de Mata Atlântica a longo prazo; o programa dos corredores ajuda a recuperar áreas antes florestadas; o programa de extensão ambiental colabora com os assentamentos e acampamento na diminuição do uso de agrotóxicos e adubos químicos, prejudicial à fauna em geral; o programa de educação ambiental incentiva e apoia professores no desenvolvimento de projetos sobre temas ligados à conservação; o programa de ecoturismo colabora com a ordenação das visitas a fragmentos florestais, diminuindo o impacto desta atividade e gerando renda adicional para as comunidades locais; e o programa em parceria com a Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, de transformação da estrada Casimiro de Abreu/Lumiar, em estrada ecoturística, ajuda a recuperar áreas de florestas.

No caso do Parque Estadual do Morro do Diabo, o objetivo do Ipê é a manutenção dos recursos naturais e a recuperação de áreas, por intermédio de estratégias que permitam estabelecer um mosaico de fragmentos florestais na região do entorno do parque e a conectividade desses fragmentos. Para isso, tem fomentado a silvicultura e a agrosilvicultura nas propriedades e estabelecido faixas livres de 50 metros ao redor dos fragmentos de mata (proteção do efeito de borda), a criação de corredores unindo fragmentos, a criação de uma zona de amortecimento no entorno dos fragmentos e a criação de manchas de matas pequenas, para aumentar a capacidade da conectividade. Não existe ainda mudança da paisagem como espera o Ipê, mas isso se deve ao fato de o trabalho ainda ser recente. O importante é a existência de iniciativas de conservação, como manutenção de faixas, áreas de reserva legal, articuladas com iniciativas ligadas à produção, na forma de sistemas agroflorestais, consórcios, silvicultura, etc.

Na Reserva Biológica de Una, ambas as instituições examinadas nesse estudo visam a influenciar o uso da terra e dos recursos naturais no entorno da área protegida, o que conduz a uma situação muito delicada. A crise do cacau e a presença de muitas culturas para atender ao comércio, como pimenta, borracha, piaçava, etc, criaram uma forte dependência de crédito. A estratégia de diversificação e a garantia de comercialização da produção a partir de cooperativas que tenham autonomia na sua administração é um desafio. A estratégia é acertada, mas o contexto local não é nada favorável.

Para lidar com esse cenário, o Jupará está buscando a diversificação da produção e a melhoria dos processos de comercialização. Além disso, fomentou o desenvolvimento, nas propriedades, de um zoneamento, em que são estipulados 30% de área de reserva, sendo 20% de preservação e 10% de uso direto, 40% de sistemas agroflorestais (como cacau ou piaçava) e 30% de agricultura ou pecuária aberta.

Na área de produção aberta, o uso do solo é feito por meio de roçada sem queimadas, faixas de contenção de solo, plantio consorciado, utilização de caldas (bordalesa, sulfocálcica e super magro), controle de formigas com práticas alternativas (água de mandioca, urina, etc.) e uso de leguminosas para adubação verde. Nesses planos, os sistemas agroflorestais foram os que menos avançaram por falta de recursos para implantá-los. Nos assentamentos, foi definido 20% de reserva coletiva, além das reservas nas propriedades. Aparentemente, apesar da proposta do zoneamento, não há a adoção integral desse sistema pelos assentados. Ainda assim, o Jupará cita como resultado a conservação de 2.500 a 3.000 hectares em reserva coletiva em 13 assentamentos.

O Iesb investiu também na diversificação da produção e nas alternativas de comercialização e certificação. A instituição possui uma linha de estímulo à criação e manutenção de RPPNs que vem apresentando bons resultados. Isso, no entanto, não tem ocorrido no entorno da reserva. Apenas a criação das RPPNs será insuficiente para assegurar a conservação da biodiversidade. É preciso garantir alternativas de renda e de sobrevivência aos moradores. Nesse sentido, o Iesb tem fomentado os jardins clonais de cacau (variedades resistentes à vassoura de bruxa) nas propriedades dos associados, mediante a realização de mutirões, além do plantio de açaí como alternativa à extração do palmito juçara (de ocorrência natural) e a produção orgânica de cacau.

O projeto desenvolvido pelo WWF na Chapada dos Veadeiros possui resultados significativos em relação à quantidade de área legalmente protegida. O aumento de áreas protegidas se expressa sob a forma de criação de RPPNs, de parques municipais, da Reserva da Biosfera de Goyaz, da ampliação do Parque Nacional, entre outras. Outros resultados concernentes à biodiversidade foram obtidos, como o fomento às atividades de ecoturismo, que criou alternativas de renda e diminuiu a pressão sobre os recursos naturais do parque.

Influência na percepção dos moradores sobre as questões ambientais

Na maioria dos casos examinados nesse estudo, ocorreram, aparentemente, mudanças na percepção das questões ambientais e da unidade de conservação, principalmente, por parte dos mais diretamente envolvidos nos trabalhos.

Estas mudanças parecem ocorrer de forma particularmente rápida quando a unidade traz algum tipo de benefício, percebido de maneira direta e com facilidade pelos moradores. É o caso, por exemplo, da Reserva Biológica de Poço das Antas e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, onde a promoção ou o incentivo ao ecoturismo trouxe novos recursos para a região.

No Parque Estadual do Morro do Diabo, de acordo com seu administrador, “se os assentamentos enxergam o parque como uma coisa positiva, deve-se ao trabalho do Ipê” [...]. “O entorno, considerando os assentamentos, é uma zona de amortecimento social”, afirma, demonstrando acreditar em uma mudança de percepção com relação à área protegida.

Para o MST, há mudança de percepção com relação ao uso da terra e dos recursos naturais. “O pessoal fica muito tempo embaixo de uma lona; quando vai para o lote, sente a necessidade de sombra e, aí, planta árvores”. Os integrantes do movimento também afirmam que a paisagem não mudou muito porque os projetos do estado contribuíram para manter a degradação, cenário que o Ipê e o MST desejam mudar. Existe, ainda, sensibilização dos assentados para o plantio de árvores, principalmente o eucalipto, e para a conservação não apenas da área do parque mas, também, dos fragmentos de reserva legal.

O MST tem ressaltado a necessidade de adotar na região uma agricultura diferente, que transforme a relação dos assentados com os recursos naturais. As visitas e o contato mais próximo com o parque têm possibilitado aos assentados uma visão mais clara do que é uma área protegida e qual o seu objetivo.

No Parque Nacional da Serra da Capivara, as mudanças mais expressivas na percepção das questões ambientais ocorreram por parte de pessoas da comunidade local que agora trabalham para a Fumdam. Entretanto, em termos da região, o avanço ainda não é significativo. A maioria das pessoas da zona rural, por exemplo, não vê o parque como algo positivo porque inibe a caça, que é uma atividade econômica muito presente na região.

Essa mudança de percepção, restrita aos que trabalham na entidade ou são beneficiários diretos do trabalho desenvolvido pela instituição, é muito comum. No caso da região da Reserva Biológica de Una, houve mudança na percepção da importância do ambiente de parceiros e moradores que se beneficiam dos trabalhos do Iesb ou do Jupará. Anteriormente, quando viam um carro do Ibama ou do Iesb, os moradores consideravam os representantes das instituições como agentes de fiscalização da reserva. Isso acontecia até mesmo com o Jupará. Hoje, de acordo com técnicos do Jupará, muitos moradores encaram a mata como instrumento possível de geração de renda e, por isso, defendem a sua preservação.

Alguns fatos representativos relatados pela entidade para ilustrar essa mudança de percepção dizem respeito à redução dos impactos na biodiversidade. Um exemplo é o da retirada de estacas para segurar a pimenta. Após discussão com beneficiários da instituição, foi decidido que seriam utilizadas apenas estacas caídas. Além disso, quando é necessário remover a vegetação, derruba-se apenas capoeira e não mata. As nascentes estão sendo reflorestadas, há diminuição das queimadas e estão fazendo curvas de nível para conservar os solos.

Uma liderança local e agricultora beneficiada pelo Jupará lembra que “a conservação deixou de ser uma coisa de técnicos e passou a ser popular. Passou a fazer parte do trabalho das associações, dos assentamentos, etc”.

Na região do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, pode-se notar o aumento da auto-estima e da valorização do lugar, assim como do trabalho agroecológico ali realizado. Essa valorização incentiva os moradores a conservar o ambiente, o que acaba se traduzindo em interesse de preservação do parque.

Para avaliar corretamente o caso do Parque Nacional do Jaú, é necessário levar em conta que sua região é muito peculiar, pois concentra várias outras unidades de conservação. A maioria dos entrevistados, aparentemente tentando proceder de uma forma politicamente correta, afirmou: “conservar a natureza é muito importante, mas...”. Muitos deles não deixam de perceber os esforços de proteção apenas como restrições destinadas a dificultar a vida de quem já tem uma vida difícil. Vale mencionar que 80% território do município de Novo Airão localiza-se dentro dos limites de UCs e apesar de a prefeitura anunciar no porto que o município é um “paraíso ecológico”, também apresenta uma atitude ambivalente, pois são freqüentes as reclamações de como essa situação impede o desenvolvimento do município.

No caso dos projetos desenvolvidos em Novo Airão, a situação é similar, agravada, ainda, pela pouca relação que os participantes vêem entre os projetos desenvolvidos pela FVA e o parque. Outro agravante a ser considerado é a distância entre o parque e a cidade, uma vez que para cobrir os 100 km que os separam são necessárias dez horas de barco ou a utilização de uma voadeira que cobre a distância em três horas, mas gasta muito combustível, tornando-se inacessível para a maior parte da população. Se houve mudança na percepção sobre as questões ambientais, não foi possível notar.

Influência nas políticas públicas

A maioria das instituições que atuam no campo socioambiental, seja em escala local ou nacional, percebem, em algum momento de sua trajetória, a importância de influenciar as políticas públicas. Todas as entidades aqui examinadas estão preocupadas com a questão e possuem capacidade de exercer influência sobre as políticas públicas, mesmo que em escala e amplitude diferenciadas.

O Ipê desenvolveu um esquema (ver figura 1) que descreve com bastante propriedade como se deu, no seu caso, a construção desse percurso. A figura mostra como o escopo de atuação da instituição foi crescendo, a partir da percepção de que, para salvar o mico-preto da extinção, não bastava trabalhar apenas com a biologia de conservação da espécie. À medida que outras estratégias iam sendo incorporadas, novas necessidades surgiam e, assim, sucessivamente, até que atividades com a finalidade de influenciar políticas públicas foram englobadas.

São diversos os exemplos que ilustram a adoção, pelo Ipê, de estratégias mais amplas de atuação, incluindo o estímulo a políticas públicas participativas. Em parceria com o MST, fomentou a discussão com o Banco do Brasil sobre linhas de crédito para sistemas

agrofloretais, dirigidas para os assentamentos. Ajudou o MST a escolher as famílias que se instalariam no entorno do parque. O Governo do Estado, por influência do trabalho do Ipê, criou o Programa Pontal Verde, em convênio com a Aduc, companhia americana que comprou a Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

FIGURA 1 AUMENTO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO IPÊ, DESDE A CONSERVAÇÃO DE UMA ESPÉCIE ATÉ AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Seu trabalho ajudou a definição, estabelecida em lei estadual, de que, a partir de 1999, qualquer assentamento tem que deixar uma faixa tampão de 50 metros no entorno de fragmentos florestais para que seja amenizado o efeito de borda. Como dito anteriormente, juntos, MST e Ipê, conseguiram com o DNER a colocação de placas indicativas de redução de velocidade na rodovia que atravessa o parque, reduzindo os casos de atropelamento de animais.

Outras instituições seguem caminhos similares e potencializam suas ações dessa forma. Há aqueles casos onde uma determinada característica da unidade ou das atividades ali desenvolvidas passa, por si só, a influenciar as políticas públicas. É o que ocorre com a bem sucedida experiência do Mico-Leão-Dourado, que serviu de exemplo para várias outras experiências de resgate de populações à beira da extinção e de políticas associadas a esse assunto. É também o caso do Parque Nacional do Jaú, que, por causa de suas dimensões e da situação dos moradores, fez com que a FVA se tornasse ator *per si* nas políticas públicas.

O Centro Ecológico Ipê tem conseguido influenciar alguns programas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como o Rio Grande Ecológico – Programa de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Ecológicos; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas-PTA e o Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários, na produção e comercialização de produtos ecológicos. Tem também participado do Comitê Estadual da Merenda Escolar, exercendo influência na escolha dos produtos oferecidos pelas escolas. Além disso, há convênios com algumas prefeituras, como as de Caxias do Sul, Antônio Prado, Porto Alegre e Garibaldi, para as quais fornece assistência técnica.

Há ainda o envolvimento do centro na Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Ecológicos do litoral norte do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina, que reúne diversas associações, ONGs, grupos de produtores e cooperativas, com o objetivo de possibilitar contatos, vendas, obtenção de escala de comercialização, etc. A primeira Feira Ecológica em Porto Alegre também é uma parceria entre o Centro e a Cooperativa Ecológica Coolméia, com o apoio do poder público municipal.

No caso da Fumdam, sua capacidade de articulação nacional e internacional lhe confere grande capacidade de influenciar políticas públicas, principalmente dando visibilidade ao Parque Nacional da Serra da Capivara, promovendo eventos e trazendo importantes figuras do cenário nacional. Existe, inclusive, articulação com o Governo do Estado do Piauí para a instalação de aeroporto internacional no município de São Raimundo.

O Jupará, com seu trabalho na região da Reserva Biológica de Una, tem sido o responsável pela valorização da agricultura familiar por parte de órgãos do governo, como Incra, Ibama e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Suas ações nos assentamentos têm influenciado o Incra na discussão da produção orgânica em nível nacional. O Incra deve ainda apoiar 50 assentamentos a certificarem suas produções, em uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O maior potencial do Jupará para influenciar políticas públicas, no entanto, ocorre de forma indireta e reside no fortalecimento de organizações dos agricultores, como associações, cooperativas, assentamentos, para que possam aumentar o poder de discutir e reivindicar políticas públicas que contemplem os interesses daqueles que representam.

O Iesb, por sua vez, lida com a questão das políticas públicas de forma complementar ao Jupará, possuindo boa capacidade para influenciá-las, principalmente por ser uma instituição que faz bom trabalho de articulação institucional, tanto no Estado da Bahia, quanto internacionalmente. Essa capacidade se traduziu, por exemplo, no fechamento das serrarias no entorno da Reserva Biológica de Una, a partir da articulação regional e com base em um estudo produzido pelo Iesb, o que reduziu a degradação da região. Esse mesmo estudo permitiu que o instituto mostrasse à Prefeitura de Una a necessidade da construção de mais três escolas na região, para resolver o problema de distância, que dificultava o acesso de muitas crianças à educação básica. O estudo possibilitou, ainda, a definição de novas áreas de RPPNs no Sul da Bahia. A alteração do projeto da estrada Ilhéus-Itacaré, que iria causar grande impacto ambiental, e a criação do Parque Estadual da Serra do Condurú, mesmo não relacionadas diretamente com a reserva, são também ilustrativas da capacidade da instituição de influenciar as políticas públicas.

Na Serra do Brigadeiro, a criação do parque contou com a articulação promovida pelo CTA-ZM e por sindicatos de trabalhadores rurais da região. Além disso, o CTA-ZM está envolvido em articulação que envolve a prefeitura, o Instituto Estadual de Florestas, a Emater, a Associação de Agricultores Familiares e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, na elaboração do plano de desenvolvimento municipal de um dos municípios do entorno do parque.

Na Chapada dos Veadeiros, o WWF conseguiu influenciar com sucesso várias das políticas públicas regionais, tais como a elaboração do Plano Diretor do município, a

estruturação da Secretaria Municipal de Turismo de Alto Paraíso e a concepção da legislação municipal de turismo.

Abrangência e capacidade de irradiação

A abrangência de atuação das instituições é bastante variável quando analisado o público beneficiário. As ações envolvem desde populações que residem no interior da unidade e as comunidades que são confrontantes, até as que se encontram a alguns quilômetros de distância. Isso demonstra que a definição conceitual de entorno se manifesta na prática de várias formas, não necessariamente respeitando os dez quilômetros de distância dos limites da unidade, como reza a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), ou mesmo a zona de amortecimento citada no SNUC (ver box 8).

São muitos os fatores para a variação da abrangência de atuação. Dependem da capacidade institucional, ou seja, da disponibilidade de recursos humanos e financeiros, de parcerias estabelecidas, do contexto local, da estratégia de trabalho, das características dos moradores e, também, da dimensão das áreas.

A maioria das instituições procurou centrar sua ação em alguns grupos de moradores do entorno ou do interior das unidades. Em nenhum dos casos estudados, o trabalho desenvolvido pelas entidades abrange a totalidade dos moradores da região onde estão as Unidades de Conservação.

Algumas instituições priorizam um segmento da população, outras trabalham com grupos diferenciados. É o caso da Associação Mico-Leão-Dourado, que atua no Rio de Janeiro, e trabalha com proprietários maiores na implantação de corredores florestais, no incentivo à criação de RPPNs e na rein-trodução da espécie. Por estratégia, tem recentemente atuado junto aos assentamentos e acampamento próximos à Reserva Biológica de Poço das Antas, além de desenvolver trabalho com o público escolar da região.

Como já mencionamos, a grande extensão das unidades de conservação na Amazônia é proporcional às dificuldades de realização de ações no seu interior ou entorno. Há grande dispersão da população, dificultando ações que integrem as diferentes comunidades. Um exemplo é o Parque Nacional do Jaú, que tem uma área de mais de dois milhões de hectares, com populações dispersas ao longo dos rios. Nessa região, a FVA vem conseguindo desenvolver ações nos municípios de Barcelos, Novo Airão, Bom Jesus do Puduari e também com moradores da margem do Rio Unini e do parque, sendo que a continuidade e a efetividade das ações têm se limitado a essas comunidades.

CONAMA Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, considerando o disposto nos artigos 79 e 27.

Art. 1º - O órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação.

Art. 2º - Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo Único - O licenciamento a que se refere o caput deste artigo só será concedido mediante autorização do responsável pela administração da Unidade de Conservação.

Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei n. 9985, 18 de julho de 2000)

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade; e

DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 25. As Unidades de Conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1º O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma Unidade de Conservação.

§ 2º Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

A maioria das instituições estudadas tem limitações de pessoal e de recursos. Se dependessem apenas das pessoas que dispõem para realizar o trabalho, ou seja, dos técnicos que estão em contato direto com os beneficiários, a capacidade de irradiação seria muito reduzida. Esse é um dos motivos pelo qual a maioria das instituições trabalha com grupos formais ou informais de moradores. Para isso, realiza atividades de capacitação e formação para que esses moradores atuem, também, como difusores do trabalho a ser executado.

Uma estratégia assumida por algumas instituições é buscar desenvolver propostas concretas nas propriedades e nos grupos de moradores, para que sirvam de referência e possam ser adaptadas para outras propriedades e outros grupos das regiões do entorno.

Entretanto, o fato de as propostas se mostrarem eficientes nas propriedades e nos grupos locais não significa que serão, naturalmente, incorporadas por outras pessoas da região. É preciso que a instituição estabeleça mecanismos de irradiação dos resultados positivos. Mas nem sempre isso tem ocorrido.

As instituições que conseguem maior irradiação têm trabalhado, entre outras atividades, com a troca de experiências entre agricultores e com a realização de cursos teóricos/práticos de capacitação baseados em experiências que obtiveram êxito. Um bom exemplo é a

estratégia utilizada pelo Ipê, de implantar um viveiro florestal dentro do Parque Estadual do Morro do Diabo e oferecer cursos utilizando o viveiro como referência, para capacitar agricultores na implantação das propostas que envolvem a silvicultura. O resultado dessa ação foi a instalação de outros 14 viveiros individuais e coletivos em propriedades de assentados que, por sua vez, também servem para difundir a proposta da silvicultura para outras propriedades.

Outros fatores que influenciam a abrangência da instituição e sua capacidade de irradiação das propostas trabalhadas são as parcerias estabelecidas e o contexto local. As instituições que tiveram a oportunidade de contar com a preexistência de organizações locais mobilizadas e com elas estabelecer parcerias, conseguiram irradiar suas ações para um público mais amplo. O CTA-ZM, mesmo tendo como foco de atuação direta apenas oito comunidades do entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, conseguiu, no momento da criação do parque, ampla participação dos moradores, devido à parceria estabelecida com os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios do entorno. O fato de as lideranças desses sindicatos já atuarem na região há alguns anos e conhecerem grande parte das comunidades, facilitou a mobilização de muitos moradores para discutir o assunto. Embora não tenha resultado no envolvimento da grande maioria da população, assegurou boa representatividade na participação.

Existem fatores no campo das relações que influenciam a difusão de ações, mas que fogem à capacidade de interferência das instituições. Um deles é a relação entre as populações, compostas por pessoas que têm crenças, religiões, preferências políticas e culturas diferentes e, muitas vezes, antagônicas. Isso provoca tensões e divisões internas que interferem nas relações e acabam por dificultar a propagação da ação institucional.

Outro fator que interfere nessa capacidade é a relação estabelecida entre as instituições e as administrações públicas. Não é uma condição determinante, mas quando não há relação das instituições com as administrações públicas locais, fica difícil transformar as ações em políticas públicas e, conseqüentemente, ampliá-las para além do público beneficiário.

Em alguns casos, o problema não é a relação da instituição com as administrações públicas locais, mas com outras instituições que atuam no mesmo campo, como outras ONGs, órgãos de pesquisa e de extensão, etc. Se a instituição não tiver habilidade para construir parcerias e/ou delimitar espaços de trabalho, podem haver dificuldades ou até mesmo interferências com efeitos negativos, ou seja, ao invés de ampliação, redução de público.

A estratégia adotada também é determinante na capacidade de difundir as ações. As instituições que desenvolvem atividades que valorizam e, portanto, estimulam a participação de mulheres e jovens, conseguem ampliar o público. É o caso da associação de artesãos de Novo Airão, no Jaú, que envolve, em sua maioria, mulheres residentes no município. Outro exemplo é o trabalho da SPVS com jovens que, pelo teatro, realizam a educação ambiental e discutem, entre outros temas, a importância da preservação do Papagaio-de-Cara-Roxa no Parque Nacional de Superagui.

- n Disponibilidade de recursos humanos e financeiros nas instituições.
- n Capacidade das instituições em estabelecer parcerias locais e regionais.
- n Contexto local: existência de organizações locais mobilizadas e interesse do poder público local.
- n Relações pessoais e entre as organizações da população local – diferenças culturais, religiosas, políticas.
- n Relação entre as instituições e as administrações públicas do entorno.
- n Relação com outras instituições que atuam na região, como ONGs, órgãos de pesquisa, extensão, etc.
- n Estratégias de trabalho: investimento em capacitação e formação de beneficiários, atuação junto a grupos, estímulo à participação de jovens, mulheres, etc.

Como as realidades locais têm suas peculiaridades, é fundamental considerar as diferenças antes de adotar como modelo uma experiência desenvolvida em determinada área de entorno. É necessário avaliar os princípios, adaptar estratégias e métodos, sem reproduzir ou, simplesmente, transferir o que foi executado no entorno de uma unidade de conservação para outra unidade. Mesmo dentro da mesma unidade, de uma região para outra, existem diferenças.

Consistência entre proposta, objetivos da experiência e metodologia

Apesar de a maior parte dos casos estudados terem o mesmo objeto de ação, ou seja, as populações e a unidade de conservação, os objetivos, as estratégias e as metodologias adotadas são diferentes. De forma geral há consistência e coerência entre o que se pretende e a metodologia utilizada. Os caminhos utilizados é que são os mais variados. O que não é recorrente é a eficiência no alcance aos objetivos estabelecidos.

Existem os casos em que a instituição partiu de levantamento da realidade local e, juntamente com os moradores, estabeleceu as prioridades de ação. Outras instituições agiram da mesma forma, mas as decisões sobre o que seria priorizado foram tomadas pela própria instituição e seus parceiros, sem o envolvimento de moradores. Algumas experiências diagnosticaram os problemas e potenciais da área e definiram suas ações internamente na instituição, sem consulta a parceiros ou moradores e, depois, procuraram estabelecer os acordos para a realização das atividades. E há, ainda, os casos em que não houve levantamentos preliminares, sendo as ações desenhadas na medida em que foram aparecendo as demandas da população ou da própria instituição. O que é comum a todos é a busca por um modelo de desenvolvimento compatível com a conservação dos recursos naturais das áreas protegidas e seus entornos.

Não é possível indicar a estratégia correta, mas os resultados obtidos indicam que, para não incorrer em erros prejudiciais ao desenvolvimento do trabalho, é importante considerar a realidade da região e ouvir a população. Os moradores devem ser levados a refletir sobre a realidade que contempla a unidade.

Algumas instituições investiram em estudos sobre a área protegida e seu entorno, fazendo levantamento de solos, vegetação, recursos hídricos e das características sócioeconômicas. Depois, utilizaram esses estudos para definir estratégias de ação no trabalho com a população. É o caso do Iesb, que realizou inventários da biodiversidade que tinham, entre outros objetivos, averiguar a distribuição dos fragmentos florestais na Reserva Biológica de Una e seu entorno. Constatando que áreas importantes desses remanescentes estavam nas propriedades maiores, iniciou trabalho de educação ambiental e extensão com os proprietários dessas áreas. Em virtude das dificuldades de trabalhar com esse público, seja pela inconstância dos donos na propriedade ou, mesmo, a falta de interesse, o Iesb alterou sua estratégia e passou a trabalhar com pequenos proprietários e assentamentos do entorno.

É interessante observar que algumas instituições acabaram redesenhando sua estratégia inicial de ação na medida em que o contexto local foi sendo modificado ou mesmo quando constataram baixa eficiência das ações que vinham realizando.

Todas as instituições estudadas têm mais de uma frente de ação. Em alguns casos não há eficiente relação entre essas diferentes ações. Há as que fazem pesquisas biológicas, desenvolvem trabalho de fortalecimento das organizações locais e propostas na área da produção mas, nem por isso, conseguem articular essas diferentes atividades de modo que uma oriente a outra e se obtenha uma atuação mais integrada e, portanto, mais efetiva.

Quando consideradas as áreas de atuação das instituições, observa-se uma situação de extremos. Algumas organizações têm foco de atuação bastante amplo, voltado à produção, pesquisa, educação, gestão, etc. Outras limitam suas ações a poucas áreas de trabalho. Nos dois extremos há um problema comum: a dificuldade de ampliar o público trabalhado. Quando a instituição se ocupa de várias áreas e não há pessoal ou recurso suficiente para trabalhar mais sistematicamente as diversas atividades, ocorre a pulverização de esforços e o número de pessoas envolvidas no trabalho fica estagnado ou se reduz. Por outro lado, quando a instituição trabalha com uma área específica, acaba envolvendo apenas o público que tem interesse e, conseqüentemente, há limitação no envolvimento de outras pessoas e grupos.

TABELA 6 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELAS INSTITUIÇÕES COM O TRABALHO DESENVOLVIDO NO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Instituição: Acevam

Objetivo: Promover a agricultura ecológica, fortalecer a agricultura familiar e possibilitar a comercialização de produtos orgânicos

Estratégias:

- Fortalecimento da associação de produtores
- Capacitação de agricultores em agricultura ecológica
- Relação entre produtores e consumidores
- Educação ambiental junto às famílias de produtores

Principais Resultados:

- Formação de núcleos de produtores de banana orgânica
 - Comercialização de banana orgânica para prefeituras do estado
 - Implantação de cooperativa de consumidores e de associação de produtores
-

Instituição: WWF

Objetivo: Conservar, de maneira integrada ao desenvolvimento sustentável da região, sua biodiversidade.

Estratégias:

- Fortalecimento das associações locais
- Fortalecimento e operacionalização das atividades de extrativismo
- Desenvolvimento de programa de ecoturismo
- Incentivo à criação de RPPNs e outras UCs na região

Principais Resultados:

- Criação de várias RPPNs e outros espaços protegidos, como o Parque Municipal de São Jorge, a APA Pouso Alto e a Reserva da Biosfera Goyaz
 - Realização de inventários ecoturísticos na região
 - Realização de oficina de capacitação de professores
-

Instituição: Centro Ecológico Ipê

Objetivos:

- Viabilizar econômica e socialmente a agricultura familiar.
- Construir relações solidárias na produção e comercialização de alimentos
- Preservar e reconstituir os agroecossistemas e ecossistemas naturais

Estratégias:

- Organização de produtores e consumidores/ associações
- Capacitação e formação de agricultores agroecológicos
- Geração de renda – produção e comercialização de frutas e verduras
- Promoção de campanhas

Principais Resultados:

- Comercialização de 40 toneladas/mês de banana agroecológica
 - 200 hectares de bananais diversificados com sistemas agroflorestais
 - 4 agroindústrias implantadas
 - Influência nos programas (agricultura) de governos municipais e do estado do RS
-

Instituição: SPVS

Objetivos:

- Conservar a natureza e promover modelos para o uso racional dos recursos naturais do Parque Nacional de Superagui e de seu entorno
- Preservar o Papagaio-de-Cara-Roxa

Estratégias:

- Educação ambiental formal e informal
- Pesquisa sobre o Papagaio-de-Cara-Roxa e os hábitos da população
- Desenvolvimento de atividades geradoras de renda (turismo, artesanato)
- Facilitar a implantação de infra-estrutura para comunidades do entorno

Principais Resultados:

- Viabilização de obras de infra-estrutura (saneamento, água), a partir de parcerias com órgãos estaduais
 - Proteção do Papagaio-de-Cara-Roxa, com a conscientização da população
 - Implantação de cozinha comunitária
 - Envolvimento de dez jovens com o artesanato
-

Instituição: Ipê

Objetivo: Resgatar a reserva do Pontal do Paranapanema

Estratégias:

- Educação ambiental formal e informal
- Capacitação de moradores do entorno do Parque Estadual do Morro do Diabo na produção de mudas e implantação de sistemas agroflorestais no entorno de fragmentos florestais
- Formar ilhas de diversidade nas propriedades
- Criação de corredores ecológicos

Principais Resultados:

- Capacitação de 400 assentados e 60 técnicos agrícolas
 - 65 ha de área modificada com plantio de espécies perenes
 - 10 Km de reflorestamento em torno de áreas de reservas legais em 22 propriedades
 - Diversificação da produção
 - Plantio de 750 mil mudas nos últimos 4 anos
 - 14 viveiros instalados
-

Instituição: Fumdham

Objetivos:

- Preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional da Serra da Capivara
- Pesquisa interdisciplinar
- Integração da população local com programas nas áreas de saúde, educação, produção, geração de renda

Estratégias:

- Atividades de geração de renda (apicultura, microindústria de cerâmica, turismo)
- Capacitação de professores locais
- Capacitação e contratação de guias turísticos e outras funções para trabalhar no Parque
- Implantação de estruturas no parque (guaritas, estradas, camping, etc.)
- Implantação de reservas no entorno do Parque Nacional

Principais Resultados:

- Geração de aproximadamente 100 empregos diretos
 - produção e comercialização da cerâmica
 - implantação de 5 apiários
 - criação de 5 escolas e capacitação de 150 professores
 - construção de infra-estrutura no Parque (300 Km de estradas, centro de visitantes, centro de pesquisa, sítios arqueológicos, etc.)
-

Instituição: Jupará

Objetivo: Colaborar com o desenvolvimento do entorno para que haja a conservação da Reserva Biológica de Una e dos remanescentes florestais nas propriedades do entorno

Estratégias:

- Trabalhar a produção agroecológica
- Organizar as comunidades por meio do associativismo

Principais Resultados:

- Destinação de terras coletivas nos assentamentos para a constituição de reservas legais
 - Redução nos desmatamentos, uso de queimadas para plantio e no uso de agroquímicos nos assentamentos trabalhados
 - Formação de 50 pessoas em agroecologia
 - Formação de cooperativa com 180 sócios
-

Instituição: IESB

Objetivo: Colaborar com o desenvolvimento do entorno, como estratégia de conservação da Reserva Biológica de Una e dos remanescentes florestais nas propriedades do entorno

Estratégias:

- Trabalhar com a educação ambiental e a extensão rural com proprietários do entorno
- Fortalecer as associações locais

Principais Resultados:

- Capacitação de todos os 220 professores do município de Una em questões ambientais, com o envolvimento de 1400 crianças
 - Formação de cooperativa e associação de produtores
 - Comercialização de produtos orgânicos
-

Instituição: FVA

Objetivo: Conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes

Estratégias:

- Trabalhar com os moradores do parque e do entorno na compatibilização de suas atividades com a conservação da biodiversidade
- Fortalecer e capacitar as associações locais

Principais Resultados:

- Criação da Associação de Artesãos de Novo Airão, com 44 membros
 - Geração de renda com o artesanato
 - Elaboração do plano de manejo do Parque
 - Fortalecimento das associações locais
 - Capacitação dos moradores do parque como parabiólogos.
-

Instituição: AMLD**Objetivos:**

- Reintrodução do Mico-Leão-Dourado
- Conservação, proteção legal e usos alternativos dos remanescentes de Mata Atlântica na baixada costeira
- Diminuição do impacto das atividades realizadas no entorno da Reserva

Estratégias:

- Envolvimento de moradores do entorno e proprietários rurais na reintrodução do Mico-Leão-Dourado, na implantação de corredores florestais, na criação de RPPNs e em práticas de ecoturismo
- Assentados e acampados utilizando práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais para produção agrícola
- Educação ambiental formal e informal
- Pesquisa básica e aplicada sobre o Mico-Leão-Dourado e seu ecossistema

Principais Resultados:

- População de Mico-Leão-Dourado em franca recuperação;
 - Envolvimento significativo da população local nos projetos
 - Inserção efetiva nos processos de tomada de decisões nas políticas públicas regionais
 - 11 RPPNs criadas na região, com mais seis em processo junto ao Ibama e lista de mais de uma dúzia de interessados
 - Organização da comunidade de Aldeia Velha e profissionalização da atividade ecoturística
-

Instituição: CTA-ZM**Objetivos:**

- Promover abordagem integrada entre a preservação e os aspectos econômicos, sociais e culturais.
- Participação da população na implantação e gestão do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e das áreas do entorno –APAs.
- Promover agricultura sustentável no entorno do parque
- Diversificar a produção e a renda das famílias de pequenos agricultores

Estratégias:

- Mobilização das comunidades e organizações locais para influir na implementação e gestão do parque
- Desenvolvimento de experiências demonstrativas em comunidades do entorno.
- Realização de campanhas de sensibilização e educação

Principais Resultados:

- Criação do parque e definição de sua delimitação com o envolvimento de moradores
 - Constituição de colegiado envolvendo moradores e instituições locais para a formulação do plano de manejo do parque
 - Educação ambiental envolvendo escolas do entorno e campanha “Em defesa da vida e do meio ambiente”, com moradores do entorno e instituições locais
 - Implantação de propostas agroecológicas (sistemas agroflorestais, conservação de solos, apicultura, etc.) em propriedades dos municípios do entorno
 - 230 famílias envolvidas no beneficiamento de café e outros produtos (mel, mandioca, etc.)
-

Principais lições do estudo

1. Não tapar o sol com a peneira!

Situações complexas como o caso de unidades de conservação onde há moradores dentro de seus limites ou onde há comunidades no entorno que não são os habituais parceiros de atividades de conservação, como assentados de reforma agrária, devem ser consideradas em sua totalidade. Só o trabalho que envolve todos os atores sociais pode ter êxito.

2. O que acontece fora da unidade influencia o que se quer conservar no seu interior!

O uso da terra e dos recursos biológicos no entorno da unidade de conservação possui grande influência sobre a manutenção da biodiversidade dentro da unidade. Trabalhos que começaram limitados à área da unidade expandiram-se para o entorno.

3. Quanto mais participação, melhor!

As experiências mais bem sucedidas são aquelas onde as parcerias existem de fato e são consistentes, os diversos atores sociais estão envolvidos e a participação foi conquistada e não concedida. Enfim, onde há muitas parcerias, muito envolvimento dos diversos atores sociais e genuína participação.

4. Quanto mais organização e informação, melhor!

Comunidades organizadas e informadas tornam-se protagonistas e parceiras. São melhores parceiras. Assim, atividades de fortalecimento institucional, capacitação, educação ambiental e conscientização ajudam no sucesso do trabalho no entorno.

5. Quanto mais competição, pior!

Em alguns casos há competição entre a unidade de conservação e a instituição que trabalha no entorno e na unidade. Tal competição não traz benefícios, impedindo que se atinja o efeito sinérgico que o trabalho de ambas poderia ter. A cooperação é que garante bons resultados.

6. Quanto mais alternativas, melhor!

Um dos grandes pontos de estrangulamento das experiências no entorno das unidades de conservação é a promoção de alternativas geração de renda. Esse ponto é fundamental por dois motivos. O primeiro tem relação com o uso não sustentável dos recursos biológicos no entorno e até mesmo dentro da unidade de conservação, que acaba comprometendo a conservação da biodiversidade na região. O segundo é a clareza que as entidades possuem de que não é possível pensar em conservação do meio ambiente sem incluir nessa agenda a melhoria da qualidade de vida das populações. Assim, um grande esforço tem sido realizado na busca de alternativas sustentáveis de renda para as comunidades dos entornos das áreas protegidas. Onde tal procura tem encontrado resultados, mais sucesso na conservação da biodiversidade tem sido obtido.

Recomendações para um programa

Os resultados desse estudo possibilitaram a definição de alguns critérios e características mestras para um programa de fomento a ser desenvolvido pelo FUNBIO, voltado para o entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral. O atendimento a esses critérios deverá ser pré-condição para a avaliação das propostas apresentadas ao Fundo, no momento em que for lançado o respectivo edital.

17.1 - Critérios de enquadramento

- n Experiências localizadas no entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral brasileiras³ (federais, estaduais, municipais e Distrito Federal), incluindo: a) experiências com comunidades quilombolas e, se for o caso, seus territórios, e b) experiências com povos indígenas situados em terras indígenas contíguas à unidade ou no entorno de áreas de sobreposição entre terras indígenas e Unidades de Conservação.
- n Harmonia com normas legais vigentes no país.
- n Enquadramento no escopo e objetivos específicos do edital.
- n Relevância da contribuição para a conservação da biodiversidade nas UCs e no entorno.
- n Ações que já estejam em andamento ou sejam propostas por instituições que tenham experiência no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável. Ou ações que já estejam em andamento e sejam propostas por instituições que tenham experiência no desenvolvimento de projetos no entorno de Unidades de Conservação.
- n Comprovação do envolvimento da população beneficiária na definição das ações do projeto apresentado.

17.2 - Critérios classificatórios

Na avaliação das propostas, deverão ser considerados os seguintes aspectos para a classificação:

17.2.1 - Participação

Projetos que incluam:

- n Participação da população na definição, execução, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.
- n Desenvolvimento de atividades, com base em metodologias participativas, voltadas para a organização social local, seja por meio de trabalho com grupos/organizações de beneficiários existentes ou do fomento ao surgimento de novos grupos/organizações para desenvolverem objetivos/ações de interesse comum.
- n Mecanismos que fomentem o envolvimento da população local com os órgãos que administram as unidades, no sentido de buscar a participação da população na vida da unidade e de garantir uma maior interação da unidade com o seu entorno. (Exemplo: implantação de conselhos consultivos das unidades com representação de moradores e demais atores ou estabelecimento de outros fóruns coletivos de decisão).
- n Ações voltadas à implantação de conselhos consultivos das Unidades de Conservação, que incluam mecanismos coletivos para a definição da composição dos conselhos, de forma a assegurar a participação da população do entorno e demais atores com atuação na área.
- n Estabelecimento de parcerias entre o órgão mantenedor da área protegida, proponentes e beneficiários; estas parcerias, preferencialmente, devem buscar clareza de papéis (responsabilidades, níveis de atuação e de decisão).
- n Envolvimento de moradores locais e outros atores importantes da região nos projetos que incluam a elaboração do plano de manejo da unidade.
- n Articulação com outros atores já existentes na região para desenvolver ações que promovam atividades sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e ambiental, de forma a reduzir o impacto das atividades desenvolvidas no entorno e no interior da unidade.

17.2.2 - Sensibilização, formação e capacitação

Projetos que atuem na sensibilização e capacitação dos moradores do entorno e do interior das Unidades de Conservação, incluindo:

- n Ações que promovam a negociação e mediação de conflitos entre unidade e moradores, incluindo atividades de capacitação dos atores envolvidos.
- n Ações que estimulem a aproximação e a negociação entre organizações de moradores e órgãos mantenedores/gestores da unidade, fomentando, entre outros, acordos conforme estabelece o Art 42 do Snuc.
- n Ações de capacitação e formação de moradores do interior de UCs para que, durante a vigência dos acordos supra citados, tenham garantidas a realização de suas atividades produtivas dentro dos princípios de sustentabilidade e a promoção de possibilidades futuras de geração de emprego e renda.
- n Ações de capacitação de moradores para desempenhar o papel de multiplicadores na defesa do uso sustentável e da conservação da biodiversidade.
- n Intercâmbio de experiências em torno de experiências concretas de produção, geração de renda e conservação de recursos naturais, que sirvam de referência para a irradiação de propostas.

- n Atividades (cursos e oficinas de formação e capacitação) de valorização da unidade, da população e de suas organizações, que tenham como objetivo a auto-estima e a confiança da população em seu potencial e o auxílio na manutenção da integridade da área protegida.
- n Ações de fortalecimento das organizações locais (capacitação, formação, educação), para que possam exercer influência nas políticas públicas.

17.2.3 - Sustentabilidade sócioeconômica

Projetos que incluam:

- n Atividades de pesquisa e educação ambiental, envolvendo nesta última, além dos moradores, os visitantes da unidade de conservação e de seu entorno, desde que essas sejam suporte para ações que garantam a sustentabilidade sócioeconômica e ambiental do entorno e a conservação das áreas protegidas. Ou seja, que auxiliem na definição de atividades que melhorem o nível de informação, assistência, produção e geração de emprego e renda para famílias da região e contribuam com a conservação dos recursos naturais da UC e de seu entorno.
- n Promoção da conscientização ambiental, com o desenvolvimento de atividades sociais e/ou econômicas, tais como plantio de espécies nativas em consórcio com culturas agrícolas para recuperar solos, diminuir erosão, aumentar a retenção de água e aumentar a ocorrência de aves, promover corredores de fauna, potencializar a dispersão e obtenção de sementes, entre outras.
- n Assistência técnica aos beneficiários, com o objetivo de dar suporte às atividades de conservação da biodiversidade e de geração de emprego e renda.
- n Implementação de alternativas que conciliem geração de emprego e renda e conservação da biodiversidade, incluindo sistemas agroflorestais, manejo de recursos florestais, ecoturismo, manejo de recursos pesqueiros, entre outras.
- n Implementação de modelos agroecológicos de produção voltados à transformação de atividades impactantes da agricultura e que tenham, entre outros, os seguintes componentes: produção orgânica; diversificação da produção; incorporação do componente florestal nos sistemas produtivos (sistemas agroflorestais, reflorestamentos), beneficiamento para agregar valor aos produtos obtidos, comercialização, certificado de origem.
- n Iniciativas que busquem criar fluxos entre a produção sustentável e os consumidores urbanos, com o objetivo de mudar a percepção do ambiente nas comunidades rurais e urbanas e, conseqüentemente, contribuir com a conservação dos recursos naturais da região.
- n Desenvolvimento de estudos de viabilidade sócioeconômica, incluindo de mercado, dos projetos produtivos, associados ao desenvolvimento de estudos da capacidade suporte dos recursos naturais envolvidos nos projetos produtivos.
- n Implantação de fundos de crédito rotativo, para que atividades agroecológicas de produção e/ou o extrativismo, possam ser ampliados para número maior de famílias.
- n Nas iniciativas associativas de comercialização devem constar ações de capacitação sobre a administração e gestão dessas organizações.

- n Ações que busquem modelos sustentáveis de desenvolvimento em assentamentos rurais situados no entorno das Unidades de Conservação.

17.2.4 - Manutenção da biodiversidade

Projetos que incluam:

- n Iniciativas que associem alternativas de produção sustentáveis à atuação direta sobre processos mantenedores da biodiversidade, como a proteção de áreas especiais (nascentes, reserva legal, áreas de preservação permanente, abrigos de fauna, etc.), a proteção de espécies polinizadoras, espécies responsáveis pelo controle de pragas e doenças, entre outras.
- n Elaboração de estudos sobre a biodiversidade (evolução da cobertura vegetal, espécies da fauna e flora, etc.), utilizando seus resultados como instrumento de monitoramento da efetividade das ações do projeto para a conservação da biodiversidade.
- n Mecanismos de ajuste contínuo das atividades previstas no projeto, a partir do resultado do monitoramento periódico das ações implementadas.
- n Ações participativas de monitoramento que envolvam a população local e prevejam a divulgação dos resultados e a reflexão com os moradores e instituições locais, de forma a gerar subsídios para novas ações de conservação da região (unidade e entorno).
- n Iniciativas que potencializem a conservação no entorno da unidade e permitam a conectividade entre fragmentos naturais, através de ações como: a implantação de elementos de conectividade, a criação de RPPNs, a preocupação com a alocação espacial e recuperação das reservas legais, a recuperação de áreas de preservação permanente, implementação dos princípios da Reserva da Biosfera quando se tratar de áreas nelas inclusas, etc.
- n Realizar as atividades acima tendo as microbacias como unidade de planejamento.

17.2.5 - Articulação institucional

Projetos que incluam:

- n Estímulo a negociações (reuniões, encontros) entre moradores do interior da área protegida, órgão gestor da unidade e instituições que atuam na região, com o objetivo de buscar soluções para as pendências e conflitos existentes.
- n Ações que estimulem a transformação das propostas construídas no projeto em políticas públicas.
- n Ações que estimulem a interatividade com outras iniciativas que tenham influência na região de abrangência do projeto, tais como Comitês de Bacia Hidrográfica, Comitês de Reserva da biosfera, etc.
- n Parcerias com outras instituições públicas ou privadas que fortaleçam as ações do projetos.

17.2.6 - Consistência dos projetos

Projetos que apresentem:

- n Capacidade do proponente de implementar o projeto.
- n Articulação e complementaridade entre as atividades previstas.

- n Coerência entre a capacidade institucional (estrutura, recursos humanos, qualificação atual e prevista a ser contratada no projeto) e as atividades a que o projeto se propõe a realizar.
- n Ações que permitam identificar a percepção da população sobre a unidade de conservação e o uso dos recursos naturais (realização de diagnóstico participativo socioeconômico e ambiental, levantamentos, pesquisas dirigidas, entre outros).
- n Atividades que tenham como objetivo a mudança da percepção sobre a UC quando esta for negativa.
- n Ações que trabalhem a percepção das instituições e órgãos mantenedores das Unidades sobre as atividades e comportamentos da população e que prevejam ações que promovam a análise da situação e a busca de soluções junto com as comunidades.
- n Atividades específicas de monitoramento e avaliação que acompanhem o projeto, analisem a eficiência das ações implementadas e possuam mecanismos para a realização de eventuais ajustes necessários.

17.3 - Etapas do apoio

Estabelecer duas etapas de implantação dos projetos.

- n A primeira, voltada para a realização de diagnósticos participativos da situação sócioeconômica e ambiental do entorno e da situação da unidade de conservação e a definição de um plano de ação realizado juntamente com os beneficiários. O diagnóstico deve, preferencialmente, envolver os gestores da unidade e, obrigatoriamente, envolver a comunidade e os demais atores importantes.
- n A segunda etapa deve ser voltada à execução do planejamento definido, em que constem estratégias que assegurem a manutenção da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais em bases sustentáveis.
- n Nos casos onde já houver levantamentos da realidade local (UC e entorno), deve haver comprovação do processo.

17.4 - Prazo do apoio

- n Trabalhar com prazo de execução dos projetos superior a três anos, diluindo-se os recursos previstos por um período mais longo, de forma a adequar o tipo de apoio oferecido às características desse tipo de projetos (sistemas agroflorestais, silvicultura, conscientização e conservação de áreas, etc). O prazo para a realização da primeira etapa deverá ser de seis meses.

17.5 - Entidades elegíveis

- n Instituições privadas brasileiras, com ou sem fins lucrativos, que possuam atribuições estatutárias para atuar em áreas de meio ambiente, identificadas como organizações não-governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), consórcios intermunicipais de gestão ambiental, desde que constituídos como ONGs ou OSCIP, ou organização de base (associações de produtores, de bairro, outras).
- n Fundações de apoio às universidades.
- n Instituições abaixo relacionadas, desde que em parceria com as entidades citadas acima:

- a. Instituições pertencentes à Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, que possuam atuação no campo da Política de Meio Ambiente ou linhas setoriais de ação em meio ambiente;
- b. Instituições públicas ou privadas de ensino e pesquisa sem fins lucrativos.
- c. Sindicatos de Produtores Rurais;
- d. Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- e. Emater;
- f. Embrapa;
- g. Agência e comitês de bacias hidrográficas.

Observação: A aprovação do projeto deve ser precedida de verificação *in situ* da capacidade institucional administrativa e gerencial, bem como da articulação e do envolvimento dos atores mencionados no projeto.

Perfil das instituições inseridas no estudo

WWF- Fundo Mundial para a Natureza (Brasil)

Data de criação: 30 de agosto de 1996

Localização: Brasília - DF

Objetivos: Harmonizar a atividade humana, a preservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais renováveis em benefício dos brasileiros de hoje e das próximas gerações.

Principais atividades: Os 71 projetos em execução se baseiam em uma estratégia de ação integrada que inclui: pesquisa e diagnóstico dos problemas ambientais; projetos de preservação de espécies e ecossistemas ameaçados; desenvolvimento de modelos alternativos de conservação e uso sustentável de recursos naturais; disseminação dos resultados obtidos por meio de treinamento e capacitação, educação ambiental, políticas públicas, comunicação e campanhas de mobilização social.

Contato: leonardo@wwf.org.br

Endereço: SHIS EQ/QL 6/8 Conjunto E 2º andar Lago Sul

Cep: 70620-430 Brasília - DF

Website: www.wwf.org.br

FVA – Fundação Vitória Amazônica

Data de criação: janeiro de 1990

Localização: baseada em Manaus/AM, desenvolve atividades na bacia do Rio Negro.

Objetivos: conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida da região Amazônica, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas e à diversidade étnica regional.

Principais atividades: elaboração e implementação do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, fortalecimento das instituições parceiras, promoção da cidadania, criação de alternativas de renda para as comunidades de Novo Airão e Bom Jesus do Puduari.

Contato: fva@fva.org.br

Endereço: Av. Djalma Batista, 440 Nossa Senhora das Graças

Cep: 69.053-000 Manaus - AM

Website: www.fva.org.br

Fumdam – Fundação Museu do Homem Americano

Data de criação: 1986

Localização: São Raimundo Nonato-PI

Objetivos: preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional; pesquisa interdisciplinar sobre a interação homem-meio, da pré-história aos dias atuais; e integração da população local com programas que desenvolvam a educação, a saúde e criem um sistema auto-sustentado de produção alternativa.

Principais atividades: desenvolvimento de ações no entorno e interior do Parque Nacional da Serra da Capivara, envolvendo pesquisa arqueológica e paleontológica; educação ambiental

no ensino formal e informal; implantação de atividades geradoras de renda (cerâmica, apicultura); formação de guias e agentes de conservação dos sítios arqueológicos, entre outras.

Contato: fumdham@elogica.com.br

Endereço: Centro Cultural Sérgio Mota. Rua Abdias Neves, 551 - Bairro Campestre - São Raimundo Nonato - PI

Website: www.fumdham.com.br

Acevam - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba

Data de criação: 1994

Localização: Praia Grande-SC.

Objetivos: desenvolver a agricultura ecológica junto a pequenos agricultores do Vale do Mampituba, entendendo-se esta ação como conjunto de práticas que abrange a geração de tecnologias, produção, comercialização e socialização de conhecimentos sem o emprego de venenos, como agrotóxicos, biocidas, adubos químicos, hormônios, organismos geneticamente modificados e quaisquer outros insumos ou práticas que venham a representar riscos à saúde e ao meio ambiente, ou desequilíbrio de ordem social.

Principais atividades: produção, industrialização e comercialização de produtos ecológicos; desenvolvimento de consciência política de participação comunitária por meio da agricultura ecológica, estimulando a formação de novos grupos para o desenvolvimento de atividades e consciência ambiental; promoção de cursos, encontros, seminários e outras atividades educativas, visando à formação de associados e outros interessados; alternativas aos agricultores para manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar com enfoque agroecológico; promoção de atividades de enriquecimento da Mata Atlântica, com enfoque no manejo sustentável do palmitreiro e de plantas medicinais florestais.

Contato: dermayer@yahoo.com.br

Endereço: Escritório Municipal da Epagri - Cep: 88990-000 - Praia Grande - SC

Centro Ecológico Ipê

Data de criação: 1985

Localização: com sedes nos municípios de Ipê e Dom Pedro de Alcântara-RS

Objetivos: promover a prática de agricultura ecológica, tendo como princípios: a preservação/reconstituição das bases ecológicas de sustentação dos agroecossistemas e dos ecossistemas naturais a eles vinculados; a viabilização econômica e social da agricultura familiar; a construção de relações solidárias, transparentes e justas entre os diferentes agentes envolvidos na produção de alimentos; o fortalecimento da autonomia e cidadania das populações rurais e urbanas, na construção de economia ecológica, popular e solidária e do desenvolvimento social baseado na valorização do trabalho e no respeito à vida em suas diferentes manifestações.

Principais atividades: resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar; organização de produtores e consumidores em formas associativas; organização dos agricultores familiares, visando o fortalecimento da cidadania e a construção de desenvolvimento endógeno; formulação de políticas públicas capazes de promover a transição rumo à agricultura sustentável; capacitação de técnicos em agricultura ecológica; luta contra a comercialização

de produtos transgênicos; produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos.

Contato: centro.ecologico@terra.com.br

Endereço: RS 122 Km 145 Cep: 92.240-000 Ipê - RS

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

Data de criação: 1984

Localização: Curitiba-PR

Objetivos: conservação da natureza com proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais.

Principais atividades: pesquisas, projetos de educação ambiental, participação comunitária e restauração ambiental. Atualmente, conta com o Programa de Conservação Papagaio-de-Cara-Roxa, que desenvolve vários projetos envolvendo educação ambiental, fortalecimento institucional, ação contra o aquecimento global, pesquisas, saneamento e saúde e produção. Desenvolve, ainda, outros projetos como Co-gestão da Estação Ecológica de Guaruaçu, campanha de recolhimento de baterias de celulares e educação ambiental não formal na área da Usina Hidrelétrica de Machadinho.

Contato: info@spvs.org.br

Endereço: Rua Gutemberg, 296 - Batel Cep: 80420-030 Curitiba - PR

Website: www.spvs.org.br

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Data de criação: 1982

Localização: Teodoro Sampaio-SP

Objetivos: pesquisar espécies raras ou ameaçadas e implementar planos de manejo conservacionista, integrando natureza com cativeiro e adotando técnicas de introdução, reintrodução e translocação de espécies; desenvolver programas agroflorestais e de educação ambiental junto à comunidade no entorno de áreas protegidas; envolver em programas de conservação os que ainda possuem ecossistemas nativos, trabalhando para transformar essas propriedades em áreas protegidas ou reservas particulares; promover programas e treinar profissionais em biologia da conservação; restaurar, regenerar e reconstruir o *habitat* e as paisagens de espécies ameaçadas de extinção; obter apoio financeiro para projetos em andamento; usar resultados da ciência e da educação para influenciar políticas públicas conservacionistas.

Principais atividades: possui atualmente quatro programas, com 15 projetos em andamento. Alguns dos projetos de longa duração são: Resgatando a Biodiversidade da Mata Atlântica, Impacto de Caça na Mata Atlântica do Interior, Conservação de Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica e Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema. Possui mais de 14 anos de experiência no Pontal do Paranapanema.

Contato: hhfaria@netonne.com.br

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 47, Caixa Postal 47, Cep: 12.960-000 - Nazaré Paulista - SP

Website: www.ipe.org.br

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

Data de criação: 1987

Localização: Viçosa-MG

Objetivos: contribuir com a construção de modelo de desenvolvimento rural sustentável para a Zona da Mata de Minas Gerais; fortalecer a organização de pequenos agricultores, com apoio à identificação e à busca de soluções para os principais problemas no sistema produtivo e colaboração para o desenvolvimento e implantação de modelo agrícola adequado às condições socioculturais, econômicas e ecológicas.

Principais atividades: resgate de variedades crioulas de sementes; promoção e desenvolvimento de planos municipais de desenvolvimento rural; construção de propostas agroecológicas como alternativas à agricultura convencional (SAFs, conservação de solos, etc.); promoção e participação em campanhas de conscientização (contra transgênicos, lei de patentes, agrotóxicos, etc.); desenvolvimento e aplicação de metodologias participativas de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação; assessoria na implantação e acompanhamento de associações municipais e regional de pequenos produtores e de agroindústrias (pequenas usinas de beneficiamento); assistência técnica com intervenção sistêmica e construção participativa de propostas agroecológicas; capacitação e formação de lideranças de agricultores, jovens e mulheres; articulações institucionais para criação e consolidação de fóruns dos movimentos sociais e ambientais.

Contato: cta@tdnet.com.br

Endereço: Caixa Postal 128 Cep: 36.570-000 Viçosa - MG

IESB – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia

Data de criação: 1994

Localização: Ilhéus-BA

Objetivos: conservação do Ecossistema Mata Atlântica

Principais atividades: políticas públicas, ecoturismo, educação ambiental, extensão rural, áreas protegidas, mapeamento e monitoramento (sensoriamento remoto), levantamentos e estudos em biodiversidade.

Contato: iesb@bitsnet.com.br

Endereço: Caixa Postal 84, Cep: 45651-500 Ilhéus - BA

Website: www.iesb.org.br

Jupará – Assessoria para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais

Data de criação: 1995

Localização: sediada em Ilhéus-BA

Objetivos: promover a sustentabilidade na utilização de recursos naturais por meio da educação ambiental; construir mecanismos de participação e inclusão social e contribuir para a viabilidade econômica das comunidades rurais no sudeste da Bahia.

Principais atividades: apoio ao fortalecimento de organizações de base; apoio à comercialização e certificação de produtos originados de pequenas produções; desenvolvimento de propostas agroecológicas no trabalho com comunidades rurais (indígenas, tradicionais e assentados), em assentamentos rurais; elaboração e implementação do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú; fortalecimento de

instituições parceiras; promoção da cidadania; criação de alternativas de renda para as comunidades de Novo Airão e Bom Jesus do Puduari.

Contato: juparaeco@uol.com.br

Endereço: Avenida Ubaitaba 410, Bairro Malhado Caixa Postal 317

Cep: 45651-500 Ilhéus - BA

Associação Mico -Leão-Dourado

Data de criação: 02 de novembro de 1992

Localização: Rodovia BR 101, Km 214 - Reserva Biológica de Poço das Antas - Ibama - Silva Jardim - RJ. Atua no corredor central da Serra do Mar no Rio de Janeiro, com ênfase na bacia hidrográfica do Rio São João e nas baixadas litorâneas, habitat do mico-leão-dourado.

Objetivos: Conservar a biodiversidade da Mata Atlântica com ênfase na proteção do mico-leão-dourado

Principais atividades: Pesquisas de longo prazo sobre primatas e seu habitat natural; estudos sobre efeitos da fragmentação florestal sobre a fauna; reintrodução de micos-leões nascidos em cativeiro; translocação de micos-leões selvagens; manejo e recuperação da paisagem regional através da implantação de corredores florestais entre fragmentos isolados; apoio à criação e implantação de Unidades de Conservação públicas e privadas; educação ambiental para o público escolar; extensão ambiental para pequenos produtores rurais; apoio ao desenvolvimento do ecoturismo regional; incentivo e assistência para a criação e implementação de RPPNs; apoio à organização comunitária; ; participação ativa em fóruns regionais como Consórcios Intermunicipais, Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais; coordenação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e em Comitês Científicos para proteção e manejo de espécies ameaçadas (mico-leão-dourado e miqui).

Contato: Denise Marçal Rambaldi - rambaldi@micoleao.org.br

Endereço: Caixa Postal 109.968 Casimiro de Abreu - RJ Cep: 28.860-970 Silva Jardim - RJ.